

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MÔNICA DE ALMEIDA RIBAS

**CONFLITOS EM AMBIENTE ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19:
UMA QUESTÃO PARA GESTÃO ESCOLAR NO ANO DE 2020**

**CÁCERES-MT
2022**

MÔNICA DE ALMEIDA RIBAS

**CONFLITOS EM AMBIENTE ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19:
UMA QUESTÃO PARA GESTÃO ESCOLAR NO ANO DE 2020**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dr^a. Maria do Horto Salles Tiellet

CÁCERES-MT

2022

@by Mônica de Almeida Ribas, 2022.
Ficha catalográfica

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

RIBAS, Mônica De Almeida.

R482c Conflitos em Ambiente Escolar em Tempos de Pandemia
Covid-19: Uma Questão para Gestão Escolar no Ano de 2020 /
Mônica de Almeida Ribas – Cáceres, 2022.

93 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e
Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2022.

Orientador: Dr^a Maria do Horto Salles Tiellet

1. Incertezas. 2. Enfrentamentos. 3. Diálogo. 4. Gestão. 5.
Desafios. I. Mônica de Almeida Ribas. II. Conflitos em Ambiente
Escolar em Tempos de Pandemia Covid-19: Uma Questão para
Gestão Escolar no Ano de 2020: .

CDU 37.02

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado denominada “Conflitos em ambiente escolar em tempos de pandemia COVID-19: uma questão para gestão escolar no ano de 2020”, insere-se na linha de pesquisa “Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, ambiciona contribuir academicamente e socialmente com reflexões sobre os conflitos, no entanto, o foco foi o período de pandemia, mais precisamente o ano de 2020. Tal objeto de investigação impôs o olhar cauteloso do pesquisador, almejando edificar possibilidades de reflexões de uma temática, construída num período em que a pandemia continua em evolução com implicações em todos os campos sociais, incluindo a educação e mais pontualmente, a escola.

O ano de 2020 foi atípico, globalmente afetado por um vírus que mudou drasticamente o modo de vida da população do planeta. O Brasil sofreu as primeiras consequências já no início do ano de 2020, com impactos no setor econômico, no modo de vida, nas relações de trabalho e de convivência, que transformou ambientes ao apresentar muitos desafios, que provocaram incertezas na maioria da população e a necessidade de busca por soluções dos enfrentamentos.

A SARS-Cov2, popularmente denominado de COVID-19, trouxe um desafio de dimensão mundial que atingiu todos os setores da sociedade e impôs um longo período de isolamento social de abrangência mundial. Entre os setores, o educacional foi também atingido e a interrupção das aulas presenciais abalou professores, gestores e comunidade escolar. As instituições de ensino paralisam as atividades presenciais, aguardando direcionamento das autoridades governamentais para os encaminhamentos necessários, principalmente, do Ministério da Educação (ME) e do Ministério da Saúde (MS).

As atitudes contraditórias e negacionistas de autoridades governamentais, frente às ações de enfrentamento à pandemia em diferentes setores, provocaram demora na tomada de decisões, inseguranças e conflitos não só entre a população, mas entre as autoridades. Conflitos no que tange as relações de trabalho e a biossegurança, que se estenderam a todo corpo social e no ambiente escolar não foi diferente.

Na educação básica antes da pandemia, se falava de conflito no ambiente escolar e, vários estudos afirmavam que a conflitualidade não é algo negativo, mas que pode ser positivo à medida que permite ampliar o diálogo em busca da solução dos problemas, e, com

isso, promove qualitativamente as relações por meio da reflexão. Neste sentido, “O conflito aponta a racionalidade e a irracionalidade como possibilidades humanas” (TIELLET, 2012, p.115).

À medida que segundo a autora, o conflito racional aponta para o diálogo como forma de solução, o conflito irracional está relacionado à violência, quando o diálogo não se apresenta como possibilidade. Assim, um conjunto de estudos revela a existência de diferentes tipos de conflito. “O conflito é uma característica intrínseca à vida social, diz respeito essencialmente ao convívio, ao viver em sociedade, diz respeito à vida coletiva, à vida humana” (TIELLET, 2012, p.114). Todavia, como seres sociais, precisa-se ter o controle sobre os conflitos, buscando sempre soluções de consenso, de equilíbrio e respeito.

Nesse estudo, além de outros autores, apropriou-se do conceito de conflito de Chrispino e Chrispino (2007), segundo eles:

Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivem em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal sobre o qual nos deteremos. (CHRISPINO, CHRISPINO, 2002 *apud* CHRISPINO 2007, p. 15).

O interesse pelo enfrentamento, pela solução dos conflitos em ambientes escolares surge após uma caminhada reflexiva nas últimas duas décadas. Nos vinte anos que se passaram, independente da política educacional, os conflitos escolares sempre existiram, em partes com a comunidade, e em partes dentro do espaço escolar. Esses conflitos relacionados à aprendizagem escolar, verbas insuficientes para manutenção dos prédios, diálogos contínuos sobre valorização profissional, participação da comunidade nas decisões, são constantes.

Os ambientes escolares são permeados de muitas pessoas que possuem formações acadêmicas e vivências diferenciadas, fortalecendo momentos únicos de diversidades de aprendizagem e conhecimento. Tais fatos, de certa forma, enriquecem a escola de heterogeneidades de pensamentos, informações, elementos culturais, no entanto, também trazem ocasiões de conflitos e mesmo de violência, geralmente quando o diálogo é interrompido (SANTOS, 2001).

Na pandemia os conflitos na escola se apresentaram diferentemente em cada unidade escolar, quase sempre relacionado ao planejamento para execução do ensino remoto, a adequação do espaço escolar com biossegurança, ou a aprendizagem tecnológica de ambas as partes dos envolvidas no processo ensino-aprendizagem, dentre outros. Os sujeitos envolvidos

neste processo de articulação e organização, ou seja, a equipe gestora e professores enfrentaram conflitos diariamente nos espaços escolares, revelando os desafios impostos pela pandemia. Nesse contexto, o papel da equipe gestora, composta por secretaria, coordenação pedagógica e direção escolar, necessários para intervir nas situações rotineiras, burocráticas e pedagógicas da escola, é fundamental, quer seja na tomada de decisão, como na solução e mediação dos conflitos escolares, principalmente os originados na pandemia.

Uma das motivações para tal temática foi, justamente, a inserção da autora em um ambiente escolar como integrante da equipe de gestão, de uma escola municipal de educação básica, em uma função no conselho deliberativo, mais especificamente, tesoureira. Ser professora também proporcionou laços estreitos com a comunidade escolar, uma vez que se deu a continuidade do processo ensino-aprendizagem, além de presenciar e vivenciar os conflitos e os sentimentos que a pandemia trouxe fortemente para o espaço escolar.

Desta maneira, no presente estudo, objetiva-se analisar os conflitos enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, especificamente, no ano de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem. E assim, responder a seguinte questão que originou o estudo em pauta: Que tipos de conflitos ocorreram na escola, durante a pandemia de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem, que os motivou, quem foram os envolvidos e quais estratégias utilizadas pela gestão para amenizá-los?

O estudo está organizado em três seções. A *Introdução* apresenta a temática e contextualização da pesquisa, objetivo principal, questão problematizadora, bem como a estruturação das seções.

A primeira seção denominada - *Descrição Metodológica* - detalha o objeto, o tipo de pesquisa, os sujeitos e os instrumentos utilizados para gerar as informações.

A segunda seção, com o título *A escola em tempos de COVID-19: conflitos e a legislação em âmbito federal, estadual e municipal*, desenvolveu a definição de conflitos, embasados nos autores que discutem o referido tema. Consequentemente, discutiu-se os desafios impostos pela pandemia nos ambientes escolares, retratando os conflitos vividos e sentidos por todos os envolvidos do segmento escolar, portanto, fazendo uma análise também dos conflitos e as ações da gestão escolar neste processo conflituoso. Embora as literaturas referentes à temática ainda estejam surgindo no ambiente acadêmico, é possível encontrar artigos e dissertações que contemplem a temática. Nesta seção, apresenta-se também a legislação publicada no ano de 2020, especificamente para a educação, as quais foram organizadas respectivamente na seguinte ordem: esfera federal, estadual e municipal. Este

segmento da seção apresenta as decisões em âmbito jurídico para educação, como efeito as decisões escolares foram embasadas nestes respectivos documentos.

A terceira seção denominada *A percepção dos professores sobre os conflitos no ambiente escolar em tempos de pandemia COVID-19*, organiza, sistematiza e analisa as entrevistas realizadas com os gestores da escola investigada.

E, por fim, nas *Considerações Finais* retomou-se o problema, os objetivos e apontou-se considerações sobre os resultados analisados.

2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

O estudo sobre os conflitos em ambiente escolar durante a COVID-19¹, é um tema importante que pode contribuir com as futuras pesquisas sobre o impacto da pandemia no processo ensino aprendizagem, ou na gestão escolar, assim como pode colaborar com as avaliações sobre as legislações elaboradas e que sustentaram as políticas adotadas na educação, durante o auge da pandemia.

É importante destacar que no ano de 2022, quando redigia-se o relatório da pesquisa/dissertação, as taxas de mortalidade diminuía em algumas partes do mundo, a exemplo do Brasil, em outras partes elas se elevaram como no continente africano, que possuía uma baixa cobertura vacinal. Esta realidade mostrou para a ciência, que a pandemia não acabou², como destacou Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante a sessão de abertura da assembleia anual da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em maio de 2022, em Genebra na Suíça.

A investigação trata de dados educacionais referentes ao ano de 2020, período que a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)³. Em março de 2020 a OMS caracteriza a COVID-19 como pandemia⁴, como consequência uma série de medidas foram sendo adotadas de forma lenta, desordenada e dispersa, por setores do governo que apresentavam resistência à proteção da população, incluindo a negação da compra de vacina.

A pesquisa, realizada emergiu no contexto de uma pandemia. Diante deste contexto distinto, escreve-se nesta seção a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, apresentando os objetivos pretendidos e as questões problemas, além de indicar o *lócus*, os sujeitos, os instrumentos da pesquisa, e os procedimentos de sistematização e análise dos dados levantados, a fim de garantir um encadeamento lógico e coerente aos procedimentos da pesquisa. A organização dos dados coletados e fundamentados podem ser recursos ou ponto de partida para outras pesquisas da mesma temática.

¹ O novo coronavírus responsável por causar a doença COVID-19 é o SARS-CoV-2.

² CNN/BRASIL. A pandemia certamente não acabou diz diretor geral da OMS.2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pandemia-certamente-nao-acabou-diz-diretor-geral-da-oms/> Acesso em: 24 maio 2022.

³ O mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (RSI). A ESPII é considerada, nos termos do RSI, “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”.

⁴ O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é descritiva do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa. Para tanto, apropria-se de Bogdan e Biklen (1994) para afirmar que este tipo de pesquisa possui algumas características que as definem, quais são:

- Na abordagem qualitativa, os dados são percebidos em uma ambientação natural, desta maneira, a escola também constitui um espaço importante de aprendizagem, constituindo no pesquisador um instrumento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa;
- A investigação qualitativa é compreendida em sua dimensão descritiva, ou seja, toda e qualquer manifestação de registro, dar-se-ão através de palavras, bem como, imagens. É essencial salientar a riqueza da descrição, que permite ao investigador, aprofundar nas ações descritivas;
- O processo investigatório possui grande valor, apresentando sua dimensão na pesquisa;
- Os procedimentos investigatórios qualitativos propendem analisar seus dados de maneira indutiva, uma vez que as construções constituem à medida que os dados apresentam e vão surgindo;
- E por último, de extrema essencialidade, o significado das falas, dos sentidos, das construções dos sujeitos pesquisados, que concedem teor qualitativo a pesquisa.

Para dialogar sobre estudo de caso, Yin (2001, p. 19) afirma que: “[...] como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que se tem dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Partindo deste entendimento, o estudo de caso traz possibilidades construtivas para a presente pesquisa, uma vez que permite a compreensão dos fenômenos que ocorrem nos espaços sociais, bem como a escola.

2.2 Objetivos e o problema de pesquisa

O objetivo foi analisar os conflitos enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, especificamente, no ano de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem. Para tanto, seguiu-se os seguintes objetivos específicos:

- Elencar as atividades não presenciais implementadas nos documentos legais a serem seguidas pelas escolas;

- Conhecer a motivação dos conflitos com a implementação das atividades pedagógicas não presenciais;
- Identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos e as suas funções;
- Catalogar documentos do ME e MS, normativas e pareceres estaduais e federais que orientaram as ações dos gestores durante a Pandemia no ano de 2020.

Tais ações orientaram respostas aos seguintes problemas: Que tipos de conflitos ocorreram na escola, durante a pandemia de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem, o que os motivou, quem foram os envolvidos e quais estratégias foram utilizadas pela gestão para amenizar os conflitos?

2.3 Formas de coleta de dados

2.3.1 Fontes documentais

Reuniu-se um conjunto de documentos oficiais que deram as diretrizes às ações relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, tais como: os livros de registros de ocorrência no ambiente escolar e as atas de deliberação do Conselho Escolar (CE), assim como regulamentos, pareceres, decretos, leis e documentos relativos ao ano de 2020.

2.3.2 Entrevista

Optou-se pela entrevista por pautas. No que se refere a este tipo de entrevista, Júnior (2011, p. 240) afirma que “O tipo de entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. As entrevistas foram realizadas em data e local acordado com os entrevistados. O registro pelo gravador de áudio foi fundamental para que nenhuma fala ou passagem importante fosse perdida. A entrevista por pauta seguiu o seguinte roteiro:

- Fale sobre os impactos e desafios da pandemia no contexto escolar;
- Comente sobre os conflitos que ocorreram com o advento da pandemia na unidade escolar;
- Manifeste sua percepção sobre os motivos que originaram os conflitos (entre os professores; professores e os pais; pais e os gestores; professores e gestores);

- Cite os principais desafios e soluções encontradas pelos gestores da escola aos conflitos.

2.3.3 Relação entre as formas de coleta de dados e os objetivos

Os dados foram gerados por meio de análises de fontes documentais e das entrevistas. Os documentos catalogados em fontes documentais, como normativas, pareceres e decretos publicados nos âmbitos federal, estadual e municipal, articulados as implementações das atividades pedagógicas, contribuíram para compreender os conflitos narrados pelos entrevistados no período pandêmico.

Quadro 1 - Relação entre as formas de coleta de dados e os objetivos da pesquisa

FORMAS DE COLETA DE DADOS	OBJETIVOS
Fontes Documentais	<ul style="list-style-type: none"> - Catalogar documentos do Ministério da Saúde e da Educação, normativas e pareceres estaduais e federais que orientaram as ações dos gestores durante a Pandemia no ano de 2020; -Elencar as atividades pedagógicas não presenciais implantada na escola;
Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> -Identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos e as suas funções; - Analisar os conflitos enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, especificamente, no ano de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem; - Conhecer a motivação dos conflitos na implantação e na implementação das atividades pedagógicas não presenciais;

Fonte: RIBAS, 2021

Para o fechamento do subitem apresenta-se no Quadro 2, a relação entre as indagações, os objetivos da pesquisa e o roteiro estruturado da entrevista.

Quadro 2 – Relação entre o problema, os objetivos e o roteiro da entrevista

PROBLEMA	ROTEIRO DA ENTREVISTA	OBJETIVOS
Que tipos de conflitos ocorreram na	Fale sobre os impactos e desafios da pandemia no contexto escolar;	Analisar os conflitos enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, especificamente no ano de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem.
	Comente sobre os conflitos que ocorreram com o advento da pandemia na unidade escolar;	

escola, durante a pandemia de 2020, relacionados ao processo ensino – aprendizagem, o que os motivou, quem foram os envolvidos e quais estratégias utilizadas pela gestão para amenizar os conflitos?	Manifeste sua percepção sobre os motivos que originaram os conflitos (entre os professores; professores e os pais; pais e os gestores; professores e gestores);	Conhecer a motivação dos conflitos na implantação e na implementação das atividades pedagógicas não presenciais; Identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos e as suas funções.
	Cite os principais desafios e soluções encontradas pelos gestores da escola aos conflitos.	

Fonte: RIBAS, 2021.

2.4 Local da pesquisa

Optou-se por escolher uma instituição escolar da rede municipal de ensino. A rede municipal de Cáceres/MT possui trinta e sete instituições entre creches e o ensino fundamental. No Quadro 3 seguem as informações com nome da instituição de ensino e a quantidade de alunos por escola da rede municipal, no ano de 2020.

Quadro 3 – Lista de escolas da rede municipal de Cáceres/MT e o número de estudantes matriculados no ano de 2020

ORDEM	ESCOLAS	TOTAL DE ESTUDANTES
1	Escola Municipal 16 de março	156
2	Escola Municipal Brincando e Aprendendo	336
3	Escola Municipal Buriti	286
4	Escola Municipal Buscando Saber	249
5	Escola Municipal Dom Máximo Bienes	570
6	Escola Municipal Clarinópolis	169
7	Escola Municipal Duque de Caxias	241
8	Escola Municipal Fazendo Arte	325
9	Escola Municipal Garcês	121
10	Escola Municipal Gotinhas do Saber	130
11	Escola Municipal Isabel Campos	254
12	Escola Municipal Jardim Guanabara	231
13	Escola Municipal Jardim Paraíso	237
14	Escola Municipal Laranjeira I	130
15	Escola Municipal Limoeiro	70
16	Escola Municipal Marechal Rondon	23

17	Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida	208
18	Escola Municipal Novo Oriente	245
19	Escola Municipal Paulo Freire	179
20	Escola Municipal Pequeno Sábio	288
21	Escola Municipal Eduardo B. Lindote	225
22	Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga	307
23	Escola Municipal Província de Arezzo	81
24	Escola Municipal Raquel Ramão da Silva	500
25	Escola Municipal Roça Velha	35
26	Escola Municipal Santa Catarina	141
27	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo	323
28	Escola Municipal Santos Dumont	376
29	Escola Municipal São Francisco	97
30	Escola Municipal Soteco	77
31	Escola Municipal Tancredo Neves	251
32	Escola Municipal Nova União	122
33	Escola Municipal Vila Irene	237
34	Escola Municipal Vila Real	288
35	Escola Municipal Vitória Régia	411
36	Escola Municipal Frei Grignon	315
37	Escola Municipal Madre Maria Estevão	283

Fonte: Dados do ano de 2020 do *site* Dadoseducacionais. Elaborado por RIBAS, 2021.

A partir do número de matrículas superior a 250 estudantes, somado aos seguintes critérios: instituição de ensino de porte médio; número de profissionais acima de 30, encontrou-se 15 escolas, dessas a escolha se deu pela Escola Municipal Pequeno Sábio, por apresentar mais dois critérios: estar localizada em área urbana e atender um maior número de bairros em seu entorno. Os bairros atendidos são: Jardim Padre Paulo, Jardim Aeroporto, Olhos D'Água, Cohab Nova, Jardim Solução, Vila Nova, Vista Alegre, Massa Barro, Vila Irene e chácaras ao redor sem denominações de bairro.

2.5 Sujeitos da pesquisa

A equipe gestora de uma instituição escolar é composta por pessoas que exercem as seguintes funções: secretaria, coordenação pedagógica e direção escolar, cada qual com suas atribuições de trabalho especificadas em portarias e leis municipais. Os sujeitos da pesquisa foram os membros da equipe gestora da Escola Municipal Pequeno Sábio, composta de três

sujeitos somados a mais dois membros do Conselho Deliberativo (CD), totalizando cinco pessoas.

2.6 Procedimentos de sistematização e análise dos dados

No sentido de trabalhar a pesquisa com qualidade acadêmica, buscou-se analisar o material com vistas a organizá-lo de acordo com o tipo de instrumento de coleta de dados. Dentre as fontes documentais estão os livros de registros de ocorrência no ambiente escolar, atas de deliberação do Conselho Escolar relativas ao ano de 2020 e as entrevistas. Para tanto, utilizou-se como técnica de sistematização a análise de conteúdo de Bardin (2016). Desta maneira, fez-se necessário a leitura do livro “Análise de Conteúdo”, para compreender como direcionar os estudos. Na terceira parte da obra que trata especificamente do método, encontrou-se a seguinte ordenação:

- a) Organização da análise;
- b) Codificação;
- c) Categorização.

Para Bardin (2016, p.125) a organização da análise “[...] é a fase de organização propriamente dita”. Dessa forma, pode-se afirmar que esta primeira etapa é muito útil e necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Como a coleta de dados da pesquisa foi por pautas, utilizou-se todas as falas dos entrevistados, dando maior rigor e autenticidade ao trabalho.

O segundo momento denominado “codificação” expressa a maneira de tratamento ao material, assim designada por Bardin, ou seja, o que se pretende analisar. Nesta dissertação, qualquer conjuntura que expressasse conflitos vivenciados pela equipe gestora na pandemia, foi observada e analisada com atenção, visto a propositura da referida metodologia de análise de que:

Tratar o material é codificá-lo. A *codificação* corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices. (BARDIN, 2016, p.133).

Sobre esta etapa da pesquisa é importante ressaltar também a unidade de registro e unidade de contexto. Compreende-se por unidade de registro, o que se objetiva analisar, desta maneira, qualquer fala referente à pandemia, gestão escolar foi considerada com relevante,

uma vez que este foi o foco da pesquisa. Também foi considerada a unidade de contexto na qual está inserida a palavra ou expressão, visto que perceber o contexto da fala é primordial para uma análise de conteúdo organizada.

E, por fim, a categorização, considerada a parte final da análise, essencial para a conclusão. Neste sentido, Bardin (2016, p.147) afirma que “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento, seguindo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

2.7 Dimensão ética da pesquisa

Para a realização da pesquisa, em nível de Mestrado em Educação, que trata com seres humanos (entrevista com gestores), foi necessária a aprovação e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio do Parecer Consubstanciado de n. 5.166.395, aprovado em 15 de dezembro de 2021 (Anexo A). Ressalta-se que o projeto de pesquisa está de acordo com a Resolução n. 466/2012 e a Normativa Operacional n. 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Na próxima seção, traz o referencial teórico construído com autores como Chrispino, Tiellet e Eller que tratam do tema conflito, auxiliado pelo levantamento de produções que discutiu a pandemia e os impactos na educação e, por fim, as legislações que orientaram as atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

3 A ESCOLA EM TEMPOS DE COVID 19: CONFLITOS E LEGISLAÇÃO

Esta seção fundamenta alguns conceitos relacionados ao objeto de estudo em questão. Para tanto, foi dividida em cinco subtópicos: Definição de conflito; Conflitos escolares em tempos de pandemia; Conflitos e gestão; Conflitos, gestão e pandemia; e Pandemia e Legislação.

Neste sentido, discorreu-se sobre a conceituação de conflito, fundamentado em Chrispino (2002; 2007), Tiellet (2012), e Eller (2019). A seção inicia-se discutindo conflitos, ação primordial para a compreensão da temática abordada na pesquisa. Por ora, falar-se-á sobre conflitos no período da pandemia, portanto, contextualizar o conflito é o primeiro momento para a construção afirmativa de saberes. Tão logo, os outros quatro subtópicos deram continuidade a fundamentação de conflito, nos quais dissertou-se sobre pandemia, gestão e legislação.

3.1 Definição de conflito

O termo ‘conflito’ por si só é conflitante, visto através de uma lógica singela e simplista, já que está implícito em sua origem a ênfase necessária de leitura e compreensão profunda.

Embora possa passar despercebido, a complexidade dos conflitos experienciados nas relações sociais existem e não há maneira de eximir-se deste processo, não há como não os vivenciar. Conforme afirma Chrispino (2007), o conflito é sentido e vivenciado desde a infância pelo homem até seus últimos instantes de vida. Além do mais, pode-se senti-los em toda e qualquer forma de relação com o outro, bem como, com a própria pessoa. Não há como viver sem que o conflito exista, para tanto, o respectivo autor expressa que:

O conflito, pois, é parte integrante da vida e da atividade social, quer contemporânea, quer antiga. Ainda no esforço de entendimento do conceito, podemos dizer que o conflito se origina da diferença de interesses, desejos e de aspirações. Percebe-se que não existe aqui a noção estrita de erro e de acerto, mas de posições que são defendidas frente a outras, diferentes (CHRISPINO 2007, p. 16).

Logo, é permitido afirmar que o conflito sendo parte da vida do homem é uma atividade social repleta de certezas e incertezas, interesses individuais e coletivos, desta maneira, não se pode dizer que se acerta ou se erra ao desejar que as aspirações individuais sejam consideradas em sua totalidade, embora ocasionem conflitos. Ao se referir ao contexto

educacional Chrispino (2007, p. 16) ressalta que: “Com a massificação, trouxemos para o mesmo espaço alunos com diferentes vivências, com diferentes expectativas, com diferentes sonhos, com diferentes valores, com diferentes culturas e com diferentes hábitos [...], mas a escola permaneceu a mesma”.

Neste difícil processo de conferenciar sobre as diferentes vivências e representá-las tanto pela fala, como pela escrita, é que os ambientes educacionais devem intermediar tais ações, embora que, como afirma Chrispino (2007), a escola manteve-se a mesma. Contudo, mediante as mudanças ocorridas diariamente nos ambientes educacionais, mais certo seria provocar e realizar atividades diferenciadas, atendendo dessa forma aos diferentes contextos culturais. Conseqüentemente, pode-se pensar que:

[...] o mito de que o conflito é ruim está ruindo. O conflito começa a ser visto como uma manifestação mais natural e, por conseguinte, necessária às relações entre pessoas e grupos sociais. O conflito é inevitável e não se devem suprimir seus motivos, até porque ele possui inúmeras vantagens dificilmente percebidas por aqueles que veem nele algo a ser evitado (CHRISPINO, 2007, p. 17).

Deleitar-se sobre novos olhares é necessário em um contexto em que o conflito passa ser dialogado com mais naturalidade, observando seu caráter inevitável, como afirma Chrispino (2007) e Tiellet (2012). Como resultado deste novo pensar, surgirão as vantagens nos espaços educacionais, que é justamente a compreensão da ação humana. Ainda, proporcionado outros entendimentos de conflitos, Tiellet (2012, p. 120), ressalta que: “[...] o conflito não é algo que possa ser considerado bom ou ruim em si mesmo, considerando-se a dialética de que uma coisa é ao mesmo tempo ela própria e seu contrário”.

O ano de 2020, atípico com a pandemia, deixou claro a necessidade de repensar as ações humanas que prezem pela vida em sociedade. A vista disso, para discorrer sobre o conflito foi necessário desconstruir conceitos formados para almejar o entendimento a partir da pandemia. Para reconhecer o conflito em tempos turbulentos, como o da pandemia, foi fundamental discorrer sobre a violência nos espaços escolares e suas respectivas construções antes e pós pandemia. O tema violência escolar era debatido desde muito antes da pandemia, como consequência de conflitos existentes entre os diferentes atores escolares. O aspecto negativo do conflito é destacado, provavelmente pelo enclausuramento, como afirma Santos (2001), da palavra e do gesto. Para Santos (2001, p. 107) “[...] o reconhecimento da violência no espaço escolar como uma das novas questões sociais globais parece ser um caminho interpretativo fecundo desse fenômeno social caracterizado como um enclausuramento do gesto e da palavra”.

Desta maneira, reconhecer que a violência é consequência dos conflitos nos espaços educacionais constituem uma questão de complexidade, na qual, precisa envolver um desalojamento de ações que podem ser compreendidas como simples, vista em um olhar singelo, no entanto, esconde sua complexidade. Esta abertura para o entendimento e para a criação de novos processos que possibilite o diálogo é justamente o que Santos (2001) compreende por libertar a palavra e o gesto.

Um dos fatores agravantes para o acaloramento da violência em ambientes escolares é justamente a falta do exercício da palavra, bem como, do diálogo. Parece ambíguo afirmar sobre a palavra e suas respectivas contribuições nos espaços escolares, visto que ela deveria ser o primeiro instrumento/ação para a resolução de situação conflituosa.

É necessário contextualizar a palavra e a desconstrução de processos que possam alimentar os conflitos sociais que estão intrínsecas nas relações sociais favorecendo o diálogo. Como destaca Santos (2001, p. 107), “[...] a compreensão das relações entre a escola e as práticas da violência passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais que estão presentes no espaço social da escola”. O que deve ser pensado é justamente a complexidade das relações sociais também nos espaços escolares, de maneira que os fatores culturais nestes espaços possam tanto ser dialogados, quanto explicar as relações sociais existentes.

Santos (2001) apropria-se das falas de Eric Debarbieux (1999) para reiterar que é importante dialogar sobre os fatores conflituais existentes nas relações sociais, uma vez que, conforme os envolvidos modificam-se, alteram-se, intensificam-se, os conflitos podem evoluir para violência implícita ou explícita nos espaços de convívio social. Sendo assim, deve-se permitir fazer uma reflexão não só acerca da pessoa enquanto sujeito social integrado nas relações sociais, mas compreender as desigualdades vivenciadas nela, de tal maneira que, as questões sociais de gênero, sexualidade, econômica, dentre outras possam ser compreendidas como de conflitos e de violências em qualquer lugar. Pode-se dizer então que:

O conflito é inerente à condição humana e pode representar uma oportunidade para a construção do diálogo e cooperação. Ele pode significar perigo se o impasse permanecer e a situação conflitiva continuar retirando as energias individuais e potencializando o conflito; ele pode significar oportunidade se forem criadas novas opções e possibilidades para que os indivíduos criem e solucionem problemas cotidianos (GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES, 2014, p.18).

Se por um lado o conflito como inerente a condição humana, pode representar uma oportunidade para a construção do diálogo como um aspecto positivo, por outro, o conflito pode se apresentar como aspecto negativo. Tudo vai depender do contexto e da intensidade em que o conflito se dá, se apresenta e das possibilidades de diálogo apresentadas.

Ao pensar em uma conceituação de conflitos, pode-se dizer que o conflito como inerente a condição humana pode ainda ser classificado como interpessoal e intrapessoal. Desta feita:

Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o **conflito intrapessoal** (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou **interpessoal** sobre o qual nos deteremos (CHRISPINO, CHRISINO 2002, p. 15 *apud* CHRISPINO, 2007, grifo nosso).

Na pandemia aflorou na sociedade brasileira, no final de 2019, o conflito interpessoal, em que pessoas com posições diametralmente opostas se manifestavam sobre como agir durante a pandemia, sem possibilidade de confluência, de um denominador comum que objetivasse construir ações que colocassem em execução as orientações da OMS como o uso de máscara e o afastamento social. Os conflitos interpessoais no meio social foram alimentados pelo governo federal, que se colocou contrário ao uso de máscaras, ao isolamento social e as medidas restritivas adotadas por alguns governadores e prefeitos, com o objetivo de não colapsar e estressar os agentes de saúde das unidades e hospitais pertencentes ao Sistema Único de Saúde (SUS). O governo federal colocou em dúvida procedimentos, provocando a desobediência da população contra autoridades, além de indicar o uso de medicamentos baratos e sem eficácia para o tratamento preventivo da COVID-19, alimentando a descrença na ciência e nas ações de prevenção e proteção dos órgãos de saúde e instituições de pesquisa reconhecidas no país.

Usando-se como referência Chrispino (2007) e Tiellet (2012) toda opinião de um determinado sujeito que difere do pensamento dos demais pode gerar conflito com resultados positivos à medida que se constroem juntos entendimentos a partir do diálogo ou ao contrário, pode gerar violência física ou verbal.

As narrativas construídas pelo governo federal de negação da pandemia, de desconfiança na ciência e de insubordinação as determinações das autoridades fizeram com que o diálogo, como instrumento para a solução de conflito representasse um problema. Durante o auge da pandemia, as redes sociais tiveram um protagonismo na disseminação de mentiras e notícias falsas que alimentaram as posições do governo federal, como também foram elas que viabilizaram a expansão de informações de desmentidos e de esclarecimento

dos agentes públicos de saúde, autoridades e pesquisadores sobre a prevenção e proteção da população do coronavírus, segundo a ciência.

A polarização existente entre o negacionismo sobre a pandemia e todo seu arsenal de falsas informações gerou nas redes sociais violências de naturezas e agentes diferentes. Muitas foram tipificadas como crime, a exemplo de invasão a hospitais e unidades de saúde por pessoas para filmar e agredir os agentes de saúde⁵; agressão verbal com manifestações preconceituosas, homofóbicas e racistas, como também o *bullying*.

Neste contexto, a disseminação de mentiras e as novas formas de violência digital resultante da participação em redes sociais como a lacração e o cancelamento⁶ contra pessoas que discordam do tratamento dado a pandemia e de posições políticas e religiosas divergentes de grupo ou das autoridades constituídas foram protagonistas. Como resultado, no auge da pandemia os conflitos interpessoais se exacerbaram, inclusive no meio familiar ou no meio social que levaram algumas vezes ao crime.

3.2 Conflitos escolares em tempo de pandemia

Os conflitos no ambiente escolar se apresentam como conflitos interpessoais. Assim, este subitem traz alguns autores que discorrem sobre o tema ‘conflitos’ em ambiente educacional – e, contribuem para a construção de soluções para minimizar a violência fruto de conflitos não resolvidos no ambiente escolar de modo a desenhar um novo olhar para a educação.

[...] algumas práticas associadas à cultura da paz, chamadas de restaurativas, fornecem procedimentos de ações proativas que podem colaborar para uma melhoria na prevenção e na resolução positiva de conflitos, contribuindo para o desenvolvimento de boas relações no ambiente escolar. (ELLER, 2019, p. 7).

Expressar qualquer atitude que possa contribuir com o diálogo favorece a todos os segmentos escolares, por sua vez, constitui o desenvolvimento e a construção de uma cultura da paz, permeada no processo de ouvir e falar respeitando as individualidades.

A constituição da prática da mediação do conflito, parte do princípio que ouvir é fundamental, mas o ouvir deve ser compreendido com certo grau de complexidade. Ouvir é um ato hermético, uma vez que deve perceber a intencionalidade de quem fala e a objetividade a ser atingida, logo que, sem tal prática, torna-se turbulento construir ambientes

⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/669867-invalidar-area-restrita-de-clinica-e-hospital-pode-virar-crime/> Acesso em: 29 de jul. 2022

⁶ Os termos lacração e cancelamento estão fundamentados no item 3.2

escolares capazes de dinamizar sua função social. Entretanto, a habilidade da mediação dos conflitos deve ser desenvolvida entre os gestores escolares, isso porque:

Na perspectiva do gestor democrático, em seu trabalho diário com a equipe, depara-se frequentemente com esses pequenos conflitos e atos de indisciplina repentinas. Essas ocorrências cotidianas, em qualquer escola, exigem uma resposta segura por parte do gestor na maneira como ele conduz a situação, a postura que adota diante do problema e a forma de relação que procura estabelecer com o grupo em questão. Tudo isso vai contribuir para o desenvolvimento socioemocional da equipe. (ELLER, 2019, p.16).

O gestor escolar e sua equipe devem promover o diálogo para então estabelecer um posicionamento que favoreça a resolução do problema. Vale ressaltar o trabalho de Tiellet (2012), que trata das políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar, no qual apresenta a seguinte reflexão:

Não é um processo fácil organizar em categorias nem estabelecer os limites de cada uma das ações conflitantes que ocorrem nos estabelecimentos de ensino. As palavras, luta, embate, agressão, rixa, desentendimento, peleja, desacordo, revolução, insubordinação e violência, associadas ao termo conflito, nem todas o seu sinônimo, podem expressar tanto uma dimensão negativa quanto uma dimensão positiva. (TIELLET, 2012, p.146).

É importante lembrar que os conflitos são importantes para o desenvolvimento da personalidade, como afirma Thé (2015, p. 14):

Em seu trabalho, Panizzi (2004) adota as contribuições do francês Henri Wallon, segundo o qual os conflitos são fundamentais para o desenvolvimento da personalidade, pois rompem as estruturas prefixadas e os limites predeterminados. Eles, na realidade, fazem parte da natureza humana. De fato, a presença do conflito implica a existência de “diferença”, aspectos sempre presente nas relações humanas pela característica múltipla e diversificada do homem. Na escola, não é diferente.

Outra perspectiva sobre o conflito é apontada por Eller (2019, p. 36) que afirma ser:

[...] o conflito um elemento da produção de conhecimento que favorece elaborar um pensamento crítico e autocrítico, passa ser o fundamento e a dinâmica de uma comunidade democrática. As resoluções que serão construídas a partir dessa visão passam a estruturar práticas acolhedoras na comunidade.

Os aspectos apontados pelos autores mencionados devem estar presentes no processo de mediação praticado pelos gestores e suas equipes, independente do temo e da conjuntura do momento, estar ou não em pandemia.

Os conflitos, nos tempos de pandemia, produzem novos conhecimentos, novas ressignificações, por conseguinte, surgirão produções com a intenção de dialogar sobre uma construção crítica sobre eles. Esta atividade é fundamental para idealizar espaços

democráticos dentro dos ambientes escolares, almejando um novo olhar sobre o conflito. Algumas produções sobre conflitos em tempos de pandemia estão surgindo, uma vez que ela se iniciou no final do ano de 2019. De acordo com o levantamento realizado, algumas publicações surgiram em 2020, com a divulgação das ações de aprendizagem implementadas remotamente para a educação, bem como análises do atual contexto educacional. As buscas por autores que debatem o tema conflitos se deram em periódicos científicos, dissertações e teses, embora seja difícil dialogar sobre, já que há poucas literaturas disponíveis referentes ao tema - conflito na pandemia.

A educação com suas fragilidades já constituídas anterior a pandemia, sofre com a constituição de um cenário regado de conflitos que se apresentam como: agressão física e verbal, com manifestações de racismo e preconceito, como também o *bullying*, a disseminação de mentiras e na pandemia somou-se novas formas de violência resultante da participação em redes sociais como a lacração e o cancelamento.

Em relação as características de cada uma das formas, a agressão, geralmente é:

[...] definida como o comportamento indesejável apresentado pelos alunos na sala de aula, que pode ir desde uma conversa uns com os outros a desrespeito pelas regras da sala de aula e agressões mútuas, entre aluno-professor e professor-aluno. Nesse sentido, um ato é caracterizado como violento quando atende, às seguintes condições: causar dano a terceiros, usar força física ou psíquica, ser intencional e ir contra a vontade de quem é atingido. As agressões podem ser consideradas sob diversas óticas, sendo principalmente, classificadas em psicológica e física. (VIEIRA, 2010, p.4).

Assim, a agressão deve ser vista sob diversas óticas que tonificam o entendimento de um ato violento. Os desrespeitos ao posicionamento do outro, intensificam as relações turbulentas nos ambientes escolares, podendo ocasionar as agressões verbais. Deve-se também refletir que as agressões verbais podem extrapolar os muros escolares, atingindo as relações fora do espaço escolar, implicando seriamente no comportamento humano causando até doenças psíquicas.

Tratando-se de *bullying*, Menegotto *et al.* (2013, p. 204) afirma que este pode ser percebido como “[...] um fenômeno que se caracteriza por atos de violência física ou verbal, que ocorrem de forma repetitiva e intencional contra uma ou mais vítimas”. O *bullying* é uma ação violenta, mas de maneira repetitiva e ao mesmo tempo proposital. Ela não é uma ação sem objetividade, ao contrário, é regada de propósito. As primeiras discussões sobre *bullying* no Brasil iniciaram na década de 1990, no entanto, os artigos científicos começaram a serem publicados a partir de 2005. Na pandemia, o *bullying* migrou para o *ciberbullying*, em virtude do crescimento das redes sociais, em que a agressão verbal com foco racista, homofóbico e

preconceituoso ampliaram e passaram a ser consideradas crimes. No contexto da pandemia, as redes sociais produziram novas formas de violências como a lacração e o cancelamento.

A manifestação de racismo, para Santos (2008, p. 3) “[...] ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais”. O racismo é presente e se tornou frequente durante a pandemia pela possibilidade covarde de se manifestar sendo amparada pelas redes sociais. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH, 1998, p.12) o define como “[...] uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”. Contudo, a amplitude da temática permite muitas outras definições, não mais importante que valorizar e respeitar o sujeito em sua integralidade. Em relação ao preconceito, destaca-se que:

[...] é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (MUNANGA, 2005, p. 64).

As ações preconceituosas ocorrem desde as mais simples expressões verbais até as relações sociais mais complexas. Um exemplo claro de preconceito é afirmar que toda mulher é frágil. É uma fala muito frequente, formando o preconceito de fragilidade do sexo feminino. Tomando como base essa expressão, percebe-se que há um julgamento da mulher, interferindo nos direitos humanos no qual é garantido a obrigação de respeito a todos. Tanto o racismo, quanto o preconceito na pandemia, assumiram características novas, sendo manifestações expressas nas redes sociais associadas a mais duas violências resultantes de conflitos no interior das redes como a lacração e o cancelamento.

A lacração pode ser compreendida como:

[...] o ato de se sair bem em uma dada situação como se tal realização fosse o sucesso absoluto que não poderá mais ser questionado por ninguém. O mesmo se aplica ao processo discursivo, quando uma figura resume em algumas palavras um conteúdo impactante que aparentemente não encontra resposta divergente entre os interlocutores. Eis a chamada cultura da lacração, em que frases de efeito propagadas pelo cosmos midiático substituem o exercício ponderado do pensamento e suas inerentes ambiguidades, impasses e dificuldades reflexivas. (BITTENCOURT, 2021, p. 205).

Há que se observar sobre situações de lacração nos espaços escolares, pois além de prejudicial ao convívio social provocam o silenciar, ou seja, obstaculiza que o diálogo aconteça. Bittencourt (2021) nos alerta para uma situação caótica provocada pela lacração que é justamente não poder questionar os acontecimentos e fatos gerados. Salienta também os

efeitos da mídia nas relações sociais afetadas pela lacração que em suas conexões conflituosas emergem o poder de calar o sujeito. A lacração é um impeditivo ao diálogo. O diálogo é eliminado pela lacração, é o calar a boca dos sujeitos das comunidades virtuais, redes sociais, que manifestam posições ideológicas ou mesmo posições contrárias ao pensamento da comunidade virtual.

Em se tratando da cultura do cancelamento:

Não se sabe ao certo a origem da cultura do cancelamento, mas sabe-se que o movimento tomou força a partir de 2017 em Hollywood e as primeiras pessoas a serem atacadas foram astros e grandes “influencers”. De primeiro momento, os ataques foram utilizando a hashtag, Me Too com o intuito de denunciar abusos e violências sexuais, que teriam sido praticados por figuras públicas. O movimento de primeira foi um sucesso, levando muitas pessoas que pela posição social, jamais iríamos desconfiar de tais crimes, levando muitos até a prisão. (CHIARI, 2020, p. 2).

O cancelamento provoca diversas reflexões e sobre as mais variadas áreas profissionais: jurídicas, saúde e educação, dentre outras. No que tange ao assunto, se pode analisar os desafios encontrados pelo sujeito cancelado. Por exemplo, quando alguém pertencente ao grupo que integra as redes sociais e é excluído, ou sofre dificuldade de defender-se, pelos boicotes reiterados dos membros do grupo. Este ato é antidemocrático e fere os princípios de liberdade de expressão e diálogo. Com isso, os conflitos intrapessoais no ambiente escolar durante a pandemia tiveram maior relevância pela situação atípica.

3.3 Conflito e gestão

Construir a revisão de literatura com foco na temática do trabalho foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, realizou-se um balanço de produção, recorrendo ao Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) através dos descritores: conflitos em ambientes escolares; para subsidiar o referencial teórico sobre esse assunto: e os descritores ‘pandemia’ e ‘gestão’.

Durante a busca com filtros constatou-se que há escassez de teses e dissertações referentes ao assunto conflitos em ambientes escolares. No ano de 2015 foram levantados apenas 2 trabalhos, sendo duas dissertações. A primeira intitulada: “Mediação de conflitos escolares: contribuições da educação em direitos humanos no enfrentamento à violência” de Fernando da Silva Cardoso e a segunda dissertação denominada: “As representações do agir professoral: um estudo à luz do interacionismo sócio discursivo de Renata Saraiva de

Albuquerque Monteiro Thé. Uma dissertação, no ano de 2019, designada: “A concepção de mediação de conflitos no ambiente escolar” por Edson Wander Eller apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O levantamento está sistematizado no Quadro 4 com as dissertações, segundo o ano e a autoria.

Quadro 4 – Dissertações por ano, autor e título - BDTD no período de 2015 a 2020, sobre conflitos em ambiente escolares

ANO	AUTOR(A)	DISSERTAÇÃO/TÍTULO
2015	CARDOSO, Fernando da Silva	Mediação de conflitos escolares: Contribuições da educação em direitos humanos e enfrentamento à violência.
2015	THÉ, Renata Saraiva de Albuquerque Monteiro	As ações do agir professoral: um estudo à luz do interacionismo sociodiscursivo.
2019	ELLER, Edson Vander	A concepção de mediação de conflitos em ambiente escolar.

Fonte: Banco BDTD. Elaborado por RIBAS (2021).

No trabalho de Cardoso (2015) foi feita uma análise das contribuições da mediação dos conflitos em três vertentes: em direitos humanos, no âmbito escolar e no enfrentamento a violência. A conclusão investigativa do trabalho aponta para a relação direta dos fenômenos de violência escolar com os problemas sociofamiliares. Já as contribuições de Thé (2015), estão direcionadas aos conflitos e indisciplina escolar. Ela analisa como o professor se representa em seu discurso e sua atuação docente, permitindo reflexões sobre o que expressa ou recomenda e o que de fato faz, o que demonstra em suas atitudes.

O trabalho de Eller (2019) identifica qual é a concepção dos professores sobre a mediação de conflitos em ambiente escolar, fazendo uma relação direta com a aprendizagem, gestão democrática e as ações significativas para o processo de mediação de conflitos e violência dentro das instituições de ensino. Para a produção do referencial teórico desta pesquisa, o trabalho de Eller contribui no sentido de identificar a concepção dos docentes sobre os conflitos ocorridos em ambientes escolares. No referencial utilizando por Eller, encontrou-se também Álvaro Chrispino (2007), que é um dos referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa.

3.3.1 Conflito, gestão e pandemia

A busca avançada na BDTD com os descritores ‘pandemia’, ‘conflito’ e ‘educação’, com refinamento no período de 2020 a 2021 e Programas de Pós-graduação em Educação, trouxe um artigo e uma dissertação relacionados no Quadro 5.

Quadro 5 – Dissertações e publicações por ano, autor, título no período de 2015 a 2020, sobre gestão e pandemia

IES/PERIÓDICO	ANO	NIVEL	AUTOR	TÍTULO
Revista Educação em Foco	2020	Artigo	Rocha, Cláudia Santos da	Programa de intervenção online com professores para prevenção e enfrentamento do bullying escolar
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2021	Dissertação	Costa, Míriam Fernanda	Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto de pandemia

Fonte: Banco BDTD. Elaborado por RIBAS, 2021.

O trabalho de Rocha *et al.* (2020) intitulado “Programa de intervenção *online* com professores para prevenção e enfrentamento do *bullying* escolar”, publicado na revista *Educação em Foco*, tem como objetivo analisar as possibilidades de intervenções on-line por parte dos professores nas situações de *bullying* escolar através de seis temáticas e a mesma quantidade de reuniões virtuais. Destaca também os estudos recentes sobre o *bullying* no Brasil.

A dissertação de Costa (2021), desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) intitulado - Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto de pandemia -, apresenta reflexões sobre os conflitos vivenciados em ambientes escolares acerca do trabalho do professor em tempos de pandemia. Este trabalho é relevante, já que busca discorrer especificamente sobre as relações educacionais em tempos de pandemia. A autora faz sua análise pautada nas contribuições de três professoras que descrevem suas relações e conflitos na atuação professoral no contexto pandêmico. Embora não se encontrou trabalhos sobre a atuação da gestão escolar em tempos de pandemia, a dissertação de Costa (2021) possibilita reconstruir as significações nas relações do trabalho docente.

Na busca de fundamentação teórica referente aos conflitos em ambientes escolares no contexto pandêmico, utilizou-se como ferramenta de busca no *Google* com o descritor:

periódicos que possuem dossiê sobre a pandemia. Como resultado da primeira página obteve-se os seguintes periódicos:

- Revista Brasileira de Educação do Campo, 2021, volume 6;
- Revista Ambiente Educação, 2021, volume 14;
- Revista Diálogo em educação, 2021, volume 30;
- Revista Humanidades & Inovação, 2021, volume 8;
- Revista Extensão, 2021, volume 19;
- Revista Brasileira do Ensino Médio, 2020, volume 5;
- Revista Dialogia, 2020, volume 36;
- Interfaces Científicas, 2020, volume, 10;
- Revista Temas & Matizes, 2020, volume 14;
- Revista UFG, 2020, volume 20;
- Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, 2020, volume 8.

Utilizou-se as bases de quatro periódicos científicos, cujo critério de escolha foi à publicação de artigos que discutissem a educação ou o ensino no período de pandemia, contextualizando os desafios, conflitos, diálogos, cada qual com suas especificidades as quais são: Revista Temas & Matizes, sob responsabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Revista Extensão publicada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Revista UFG da Universidade Federal de Goiás e por último a Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Todos os periódicos mencionados publicaram dossiês temáticos ou artigos revisados sobre a pandemia de COVID-19 e a relação com a educação. No Quadro 6, estão os artigos encontrados na revista Temas & Matizes v. 14, nº25 edição 2020.

Quadro 6 – Relação dos artigos publicados na Revista Temas & Matizes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

REVISTA TEMAS & MATIZES		
ORDEM	TÍTULO	AUTORES
01	A inserção de tecnologias digitais nos processos de ensino-aprendizagem: uma análise do ensino remoto na Unioeste durante a pandemia da COVID-19.	Maria Carneiro Vieira, Edemir José Pulita.
02	Aspectos afetivos e de isolamento social na educação remota: reflexões sobre o processo ensino aprendizagem.	Dênis Antônio Silva, Clodis Boscarioli, Márcia Regina Kaminski, Michelle Bedin, Etiene Caroline Farias de Mello, Marcelo Taglietti
03	Ensino remoto durante a pandemia da COVID-19 na	Simone Burioli, Rodrigo Cavalarini

	Universidade Estadual de Londrina	Faustino, Muriel Luvison Nunes da Silva
04	O estágio curricular obrigatório no contexto da pandemia da COVID-19: a experiência do formato remoto	Rodrigo Alexandre Cavalari Faustino
05	Sobre escolas, famílias, crianças: silêncios, diálogos e escutas em tempos pandêmicos	Adriano José Pinheiro
06	Os saberes docentes e a extensão na formação de professores em tempos de pandemia	Silvia Zamberlan Costa Beber, Taís Viviane Hanauer, Diellen Soares Chesca, Caroline Ribeiro
07	Adaptação digital em período de pandemia de COVID-19: uma análise das experiências dos professores do ensino fundamental I de uma escola pública e privada do município de Araputanga -MT.	Geissyane Aparecida Oliveira dos Reis
08	Ressignificando o processo de ensino e aprendizagem: relatos de experiências didáticas na UFPE frente à pandemia da COVID-19.	Auta Luciana Laurentino, Sandra de Souza Melo, Thyana Farias Galvão
09	Ensino em tempos de pandemia: alguns desafios e olhares dos professores portugueses	Vânia Graça, Cátia Silva, Altina Ramos
10	Perspectivas docentes sobre o uso das tecnologias na prática pedagógica do ensino remoto no contexto da pandemia da COVID-19.	Janille Costa Pinto, Laiana Silva de Oliveira Foeppel Dias, Adenilson Souza Cunha Júnior
Total	10	

Fonte: Banco Revista Temas & Matizes. Elaborado por RIBAS, 2021.

A Revista Temas & Matizes na edição do v. 14, nº 25 (2020) publicou o dossiê temático: *A docência frente a pandemia da COVID-19: novos desafios, alternativas e perspectivas teóricas – metodológicas*. Nesta edição veicula dez artigos que buscam refletir com o leitor a prática docente e os processos didáticos metodológicos no contexto pandêmico. Das dez publicações sobre a pandemia, o texto que contribuiu com a pesquisa em pauta foi o artigo de Vânia Graça, Cátia Silva e Altina Ramos (2020), com o título ‘Ensino em tempos de pandemia: Alguns desafios e olhares dos professores portugueses’. O artigo discorre sobre as possibilidades de ações e ferramentas com vistas a superação dos obstáculos no campo da educação provocados pela pandemia. Contudo, não teve relevância para a pesquisa em pauta, uma vez que discutiu o cenário pandêmico em escolas portuguesas, não sendo possível correlacionar com as circunstâncias vividas no Brasil.

O artigo de Graça, Silva e Ramos (2020) é o que mais contribuiu para a pesquisa, uma vez que tratou especificamente do ensino em tempos de pandemia, apresentando os desafios encontrados pelos professores. Embora os docentes investigados foram portugueses, o texto contextualizou o ensino remoto em período pandêmico. Os resultados das pesquisas

confirmam a necessidade de planejamento político para as ações educacionais, uma vez que o artigo apresenta como conclusão, que o professor nestes tempos de pandemia potencializou o processo de aprender e ensinar, pois oportunizou novas aprendizagens sociais e pessoais.

A Revista Extensão em sua 19ª edição publicada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, de janeiro de 2021, em suas 214 páginas aborda um dossiê temático: *A extensão universitária no contexto da pandemia de COVID-19*. No Quadro 7 relacionamos os artigos do dossiê.

Quadro 7 – Relação dos artigos publicados na Revista Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

REVISTA EXTENSÃO		
ORDEM	TÍTULO/DOSSIÊ	AUTORES
01	A utilização de uma rede social para conscientização do uso eficiente da energia elétrica em meio a pandemia de COVID-19.	Victor Hayne de Andrade, Ana Carolina Silva Pinto, Anete Maria Araujo Vieira, Caique Frois Pinheiro, Felipe Hayne de Andrade
02	Relato de experiência a ação extensionista de docentes do curso bacharelado interdisciplinar em ciências ambientais da UFRB no contexto da COVID-19.	Vanderlei da Conceição Veloso-Junior, Marcus Vinicius Costa Almeida Junior, Gustavo Luis Schacht, Isabel Cristina Moraes, Leonardo Azevedo Klumb Oliveira
03	Posterr: Formas de (Re)Existência na pandemia.	Heleni Duarte Dantas de Ávila, Jamile Fernanda Conceição de Oliveira, Jéssica Bastos Sampaio, Jucileide Ferreira do Nascimento, Sara França Spinola
04	Ciso UFRB in lives: Em tempos de pandemia.	Antônio Mateus Soares
05	Atividades interativas remotas em tempo de pandemia.	Lidiane de Vilhena Amanajás Miranda, Sérgio Barbosa de Miranda
06	Saúde pública na Bahia: Um curso online extensionista para pensar historicamente a saúde em tempos de COVID-19.	Jennifer Kessie Ramos Figueiredo, José Gledison Rocha Pinheiro
07	Call center para dúvidas gerais relacionadas a COVID-19: uso pelo público alvo e estratégias de divulgação adotadas pelo projeto.	Kattlyn Laryssa Candido, Shirley Elaine Melo, Leonardo José de Medeiros Piva, Leonardo José de Medeiros Piva, Adélia Gonçalves da Silva
08	Modelagem cad e avaliação das propriedades mecânicas por elementos finitos de videolaringoscópios impressos em 3D através de diferentes polímeros.	Maurício Chagas de Menezes Júnior, Thiago Araújo Simões
Total	08	

Fonte: Revista Extensão. Elaborado por RIBAS, 2021.

Encontrou-se nesta edição específica da revista *Extensão*, um trabalho relevante para a revisão de literatura, denominado - *Atividades interativas remotas em tempo de pandemia* de Lidiane de Vilhena Amanajás Miranda e Sérgio Barbosa de Miranda (2021), que relataram as experiências na pandemia destacando a importância das tecnologias como suporte necessário para continuar a comunicação entre a escola e os alunos. O artigo trouxe à tona um assunto importante que é a utilização das atividades interativas como instrumento pedagógico. A viabilidade de atividades interativas remotas é limitada quando se trata de estudantes de escola públicas, eles que por ora, não possuem acesso à internet, às condições básicas de saúde, infraestrutura, alimentação e segurança sofrem com a falta do que é necessário para a continuidade de seus estudos. Legalmente o ensino deve ser de qualidade e para todos. Contudo, isso não aconteceu no cenário pandêmico em decorrências das desigualdades de condições de acesso as vias remotas.

O último periódico a *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade* da Universidade Federal do Maranhão, em sua edição de julho/dezembro de 2020, volume 6, n. 2, apresenta o dossiê temático: *A pandemia de COVID-19 e suas implicações nas relações sociais no mundo pós-pandêmico*, com quatorze textos. O dossiê se propõe a relatar e discorrer sobre a pandemia e suas consequências nas relações sociais no mundo pós-pandêmico. Dos artigos que compõe o dossiê da revista apenas um dos artigos retrata aspectos educacionais. O artigo dos autores Lopes, Silva, Andrade e Cruz (2020) com o título: *Reflexão, motivação e experiências educacionais dos alunos no período da pandemia*. Ele faz uma reflexão sobre os desafios que os estudantes enfrentam para estudar, bem como, as significâncias da aprendizagem.

Quadro 8 – Relação dos artigos publicados na *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade* da Universidade Federal do Maranhão

REVISTA INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE		
ORDEM	TÍTULO	AUTORES
01	“Nueva normalidade”. ? nuevas formas de colonialidad?	Zulma Palermo
02	Biopolítica, Governamentalidade Digital e Tanatopolítica: idosos e a pandemia de COVID-19	Flávia Cristina Silva Lemos, Felipe Sampaio de Freitas, Helena Carollyne da Silva Souza, José Augusto Lopes da Silva, Ronilda Bordó de Freitas Garcia, Edilene Silva Tenório
03	A Necropolítica Genocida em tempos de pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal	Luana Rosário
04	La cuestión del cuidado en el escenario post pandemia. ¿Hacia Estados del Cuidado o hacia Gilead?	Silvia Lilian Ferro
05	As implicações da COVID-19 na vida	José Henrique Sousa Assa

	“Social”: crise política e desarranjo socioinstitucional	
06	El Antropoceno/Capitaloceno y sus implicancias ontológico-políticas: escenario de la pandemia actual	Vanessa Ivana Monfrinotti Lescura
07	A Pandemia do COVID-19 e o Descortinamento das Vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira	Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, Fernanda do Nascimento Grangeão, Francisco Ferreira Pires Albuquerque Montenegro
08	A pandemia intramuros: (in)comunicabilidade de mulheres encarceradas em João Pessoa-PB	Josilene Ribeiro de Oliveira, Rosilene Oliveira Rocha, Anne Kelly Macêdo de Abreu
09	Reflexão: motivação e experiência educacionais dos alunos no período da pandemia	Luiz Manoel Lopes, José Edison Teixeira da Silva, Maria de Lourdes de Andrade, Espedito Antônio Saraiva da Cruz
10	Impactos da COVID-19 em Olinda (PE): notas etnográficas sobre pessoas com suspeita de contaminação	Gabriel Ferreira de Brito
11	A geografia da alimentação no contexto da pandemia: repensando os sistemas alimentares para o sustento dos corpos e do planeta	Patrícia Ponte
12	Efeitos da Pandemia de COVID-19 para o(s) desenvolvimento(s): uma análise introdutória sobre a perspectiva gerencial de agências multilaterais internacionais em países subdesenvolvidos	Adele de Toledo Carneiro
13	Impactos da pandemia da COVID-19 nos Empreendimentos Turísticos de Aracaju/Sergipe/Brasil	Francisco Sandro Rodrigues Holanda, Denio santos Azevedo, Monica Maria Liberato
14	Fatores de Antropização no Isolamento e Distanciamento Sociais durante a Pandemia DE COVID-19: estudo de caso em cidade local da amazônia estuarina	José Guilherme dos Santos Fernandes, Marcos César da Rocha Seruffo, Rondinell Aquino Palha, Renata Silva Sales, Suzane Albuquerque dos santos
Total	14	

Fonte: Revista UFG. Elaborado por RIBAS, 2021.

Das cinquenta produções analisadas quatro estudos de diferentes bancos de dados (Quadro 9), auxiliaram nas discussões sobre o tema tratado no estudo em pauta.

Quadro 9 – Relação de textos que auxiliaram a pesquisa.

ORDEM	BANCO DE DADOS	TEMA	AUTORES	ANO
1	BDTD	A concepção de mediação de conflitos em ambiente escolar.	Edson Wander Eller	2019
2	Revista Temas & Matizes	Ensino em tempos de pandemia: alguns desafios e olhares dos professores portugueses	Vânia Graça, Cátia Silva, Altina Ramos	2020
3	Revista Extensão	Atividades interativas remotas em tempo de pandemia.	Lidiane de Vilhena Amanajás Miranda, Sérgio Barbosa de Miranda	2021
4	BDTD	Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto de pandemia	Míriam Fernanda Costa	2021

Fonte: RIBAS, 2022.

A revisão de literatura constituiu-se primordial para a caracterização dos trabalhos e das pesquisas já realizados sobre a temática abordada. Ao final deste processo, pode-se dizer que há um leque de possibilidades de exploração e investigações. O espaço escolar constitui-se riquíssimo para as devidas investigações.

3.4 Pandemia e a legislação

Para orientar e determinar a educação do município de Cáceres no ano de 2020, vários decretos e normativas foram estabelecidas com objetivações diferentes, no entanto, todas com caráter de estabelecer e afirmar os rumos da educação do município de Cáceres. Desta maneira, é fundamental apresentar os pareceres, decretos, leis, resoluções e normativas que orientaram as decisões do município de Cáceres, embasadas em nível federal e estadual para as redes de ensino privada e pública no município de Cáceres.

3.4.1 Nível Administrativo Federal

3.4.1.1 Parecer CNE/CP 05 de 28 de abril de 2020

O parecer faz uma contextualização história da pandemia, desde que foi detectado em Wuhan (China) em 31 de dezembro de 2019 e sua evolução para pandemia em 11 de março de 2020, já que encontrava sua disseminação em todos os continentes.

O Parecer aprovado em âmbito federal no dia 28 de abril de 2020, tratou da reestruturação do calendário escolar, bem como das possibilidades de organização de atividades não presenciais para contagem como carga horária mínima anual. Para tanto, o parecer articulou níveis de ensino e de forma sucinta norteou as ações pedagógicas nos mesmos. Destacou a necessidade que os gestores educacionais devem ter para oportunizar o ensino *on line* e outros meios de plataformas digitais, utilizando-se da criatividade para ofertar um ensino de qualidade. Outro destaque do parecer referiu-se atentar-se ao atendimento dos objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e competências apontadas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), (BRASIL, 2018).

O parecer CNE/CP 05/2020 de 28 de abril de 2020 tratou da reestruturação do calendário escolar, deixando claro que se deve cumprir à carga horária anual referida nos dispositivos legais, flexibilizando no que tange aos dias letivos, no entanto não especificou de que maneira deveria ocorrer essa ação. Outra informação importante foi o fato de o Conselho

não tratar como competência discorrer sobre a carga horária, ficando sob a incumbência dos municípios e estados. Quando o assunto foi Educação Infantil, o Conselho apenas afirmou que recebeu várias sugestões no decorrer da elaboração do documento.

3.4.1.2 Parecer CNE/CP 06 de 19 de maio de 2020

De interesse da divisão sul-americana da igreja Adventista do Sétimo Dia e Confederação Israelita do Brasil, o parecer solicita que os sábados sejam guardados na reorganização dos calendários escolares. Para isto utiliza-se da Constituição Federal em seu artigo 5º, especificamente nos incisos VI, VII e VIII para justificar a solicitação:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Desta maneira, com a amparo legal da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), como também a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), no artigo 7º, tratando sobre aulas, cumprimento do calendário, fica compreendido a necessidade de resguardar os sábados, já que a própria lei explicita a liberdade de crenças religiosas. Desta maneira, o voto do relator e decisão do Conselho é favorável a guarda dos sábados pelas religiões que assim o fazem e sejam oferecidos.

Independente da religião que solicitou resguardar os sábados na reorganização dos calendários escolares, todos os envolvidos na educação foram beneficiados com este parecer, haja vista que, há outras maneiras de consolidar datas e calendários para cumprimento da carga horária letiva anual.

3.4.1.3 Parecer CNE/CP 09 de 08 de junho de 2020

De interesse do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Pleno (CP) aborda o reexame do parecer CNE/CP 05/2020 que trata da reorganização do calendário escolar bem como da viabilidade de cômputo de atividades não presenciais com objetivo de

cumprimento da carga horária mínima anual, por motivo da pandemia COVID-19. Exclusivamente pede-se a alteração do item 2.16 do CNE/CP 05/2020 no que versa sobre avaliações e exames. Por unanimidade foi aprovado que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não pode ser prejudicado de maneira alguma devido a pandemia. Datado de 08 de junho de 2020, sua aprovação foi aceita pelo Conselho Pleno.

O referido Parecer provocou grandes discussões nos ambientes escolares, uma vez que trata tanto da reorganização do calendário escolar, que já é uma pauta extensa, bem como da viabilidade de pensar em atividades não presenciais para cumprir a carga horária. Sem informações concretas de encerramento da pandemia ou possibilidades de retorno presencial, as atividades não presenciais devem ser discutidas pedagogicamente com cautela, sendo que sua aplicabilidade deve oferecer ao estudante um ensino de qualidade.

3.4.1.4 Parecer CNE/CP 11 de 07 de julho de 2020

Aprovado em 7 de julho de 2020 pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno, discorrem sobre as orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no cenário pandêmico. Participaram da organização do parecer:

- Ministério da Educação (MEC);
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);
- Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed);
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME);
- Fórum das Entidades Educacionais (FNE).

Há um diagnóstico breve da educação no contexto pandêmico, informando a quantidade de alunos estudantes, por etapa de ensino. As informações, de acordo com o parecer, são segundo dados do Censo Escolar de 2019, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este parecer torna essencial para a orientação da realização das atividades presenciais e não presenciais. A Undime e outros parceiros da educação auxiliam nas pesquisas para subsidiar protocolos que objetivam compreender os impactos da pandemia na educação. Em suma, os dados da investigação são apresentados no parecer, justificando as futuras ações que permeiam a

educação. Ressalta também que, a maioria das redes públicas de ensino atendem as recomendações do parecer CNP/CP n. 05/2020.

Em síntese, o parecer destaca que na organização e planejamento das atividades escolares sejam contempladas as competências e habilidades da BNCC, da mesma maneira que a LDB n. 9394/96 seja utilizada como critério pelas redes de ensino. Outro quesito importante é observar as publicações dos pareceres, orientando a educação no contexto da pandemia.

3.4.1.5. Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020

A lei estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública⁷. Em seu artigo 3º, parágrafo primeiro, afirma que: “Poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária exigida”

A Lei nº 14.040 que altera a Lei nº 11.947 de 2009, consolidou as alterações durante o estado decretado de calamidade pública, dentre as mais relevantes estão a flexibilidade do cumprimento dos dias letivos nas modalidades de ensino, bem como a carga horária mínima anual, tanto para a educação básica, quanto para o ensino superior. Trata também de algumas especificidades do ensino superior no que diz respeito à antecipação de colação de grau e antecipação de encerramento de cursos técnicos e superiores.

3.4.1.6 Parecer CNE/CP 15 de 06 de outubro de 2020

Trata das Diretrizes Nacionais com objetivo da implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, na qual determina normas educacionais excepcionais que devem ser adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O parecer traz as indicações da medida provisória, pareceres e lei a serem observados pelas redes de ensino, a saber:

- Medida Provisória (MP) nº 934/2020;

⁷ Estado de calamidade no Estado de Mato Grosso, reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020.

- Parecer CNE/CP nº 05/2020 de 28 de abril de 2020;
- Parecer CNE/CP nº 09/2020 de 8 de junho de 2020;
- Parecer CNE/CP nº 11/2020 de 11 de julho de 2020;
- Lei n. 14.040/2020 sancionada em 18 de agosto de 2020.

Considerando os documentos acima citado, é importante destacar que este parecer especificamente considera os pareceres anteriores, a MP nº 934/2020, mas sua significância maior dar-se nas diretrizes nacionais orientadoras da implementação da Lei nº 14.040/2020. Cabe salientar que no período decretado de calamidade pública, ficou a cargo do Conselho Nacional de Educação (CNE) editar as diretrizes educacionais que deveriam ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino. O objetivo maior da resolução é justamente orientar as redes de ensino na implementação da Lei nº 14.040/2020.

Outro fator importante é o destaque que trata também:

- dos dias letivos e da carga horária;
- dos direitos e objetivos de aprendizagem;
- do planejamento escolar;
- do retorno as atividades presenciais;
- das atividades pedagógicas não presenciais;
- do ensino superior;
- das avaliações e
- por fim encerra-se com as disposições gerais.

As disposições gerais composta por cinco artigos ressalta que as secretarias e entidades educacionais devem observar as diretrizes das autoridades sanitárias, a fim de assegurar o direito à vida. Um dado importante é que o artigo 14 informa o que é compreendido por atividades pedagógicas não presenciais:

Por atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional. (Parecer CNE/CP 15 de 06 de outubro de 2020, art. 14).

Ainda se percebe a ausência de informações detalhadas sobre ferramentas para execução de atividades não presenciais que podem ser utilizadas no período de calamidade

pública, como o ensino híbrido, apostilamento e ensino remoto. A Comissão e o Conselho Pleno aprovaram favoravelmente o parecer sancionado em 6 de outubro de 2020.

3.4.1.7 Resolução CNE/CP nº 2 de 10 de dezembro de 2020

Esta resolução instituiu as Diretrizes Nacionais orientadoras que implementou o dispositivo da Lei nº 140.040, de 18 de agosto de 2020. Seu objetivo foi estabelecer as normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelo sistema de ensino, redes de ensino públicas e privadas, instituições comunitárias e confessionais, no período compreendido por calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

A resolução trata dos dias letivos e da carga horária da educação básica, dos direitos e objetivos da aprendizagem, do planejamento escolar, do retorno às atividades presenciais, das atividades pedagógicas não presenciais, da educação no ensino superior e suas respectivas avaliações. Encerra-se a resolução com as disposições gerais.

3.4.1.8 Resolução CNE/CP nº 02 de 05 de agosto de 2021

Instituiu as orientações para a implementação de medidas para o retorno presencial das atividades de ensino e aprendizagem e a regularização do calendário escolar. Menciona os pareceres publicados anteriormente a esta resolução e que devem ser observados seus objetivos e aspectos. A Resolução nº 2 de 2021, trata as ações educacionais como prioridade e em caráter de urgência, organizando as esferas envolvidas para enfrentar a pandemia e retornar as aulas presenciais com segurança. Os protocolos sanitários, procedimentos de biossegurança são ressaltados neste documento, visto que, por mais que o retorno presencial é uma indicação forte, nenhum ser humano deve expor-se ao COVID-19 sem as devidas seguranças sanitárias. Aborda a educação básica e superior em capítulos diferentes e das suas particularidades.

3.4.1.9 Síntese das legislações de nível administrativo federal

Pode-se afirmar que além do cumprimento da carga horária, é essencial garantir os padrões de qualidade, a fim de diminuir-se as desigualdades educacionais no Brasil. Neste mesmo caminho, ainda se dialoga sobre estratégias para garantir o atendimento das competências e dos objetivos de aprendizagens designados na BNCC, os quais são

mencionados nos pareceres e inclusive na Lei nº 14.040. Em consonância com esta pesquisa, que disserta sobre os conflitos em ambientes escolares durante a pandemia, o Parecer CNE/CP 05/2020 indica que professores e gestores educacionais reflitam sobre as formas de desenvolver as atividades remotas propostas de modo a não prejudicar os alunos, além de cumprir com o estabelecido em lei sobre a carga horária.

As orientações para realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais proporcionaram a comunidade escolar, alternativas para que o processo de escolarização continuasse, em outro ritmo, mas que não se perdesse um contingente maior de estudantes daquele que estatisticamente era possível de acontecer. A efetivação dessas orientações, se por um lado objetivavam dar continuidade ao exercício de um direito, por outro, criou conflitos não só na escola como no interior das famílias. Uma vez que famílias com muitos filhos e um celular, dificilmente conseguiam gerenciar horários das atividades síncronas de todos eles. Como também a dificuldade de as famílias conciliarem o período de trabalhos com o horário de entrega das atividades não presenciais pela escola.

Os pareceres do nível administrativo federal orientaram a construção dos decretos e leis estaduais e municipais, impactando a educação que se constituíram processos difíceis que mereceram diálogos e reuniões com as unidades escolares almejando acertar em ações favoráveis para educação.

3.4.2 Nível Administrativo Estadual

3.4.2.1 Resolução Normativa n.º 002/2020-CEE-MT de 2 de março de 2020

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso dispõe sobre as normas a serem adotadas pelas redes de ensino, tanto pública, quanto privada, sobre a reorganização do calendário escolar e atividades não presenciais. Para tal levou em consideração os documentos: Portaria nº 188 GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020; Decreto nº 407 de 16 de março de 2020; Decreto nº 413 de 18 de março de 2020 e; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394/96 no que se refere ao artigo 23 e 24.

O documento reafirma em seu texto a necessidade de priorizar a vida, ou seja, toda e qualquer ação educacional deve primeiramente ser considerada as condições sanitárias. Esta resolução foi discutida virtualmente com os profissionais da educação, visando compreender

principalmente sobre a reorganização do calendário escolar. Outro fator importante é sobre o entendimento das maneiras possíveis de cumprimento de carga horária letiva anual, desta maneira, a referida resolução vem esclarecer algumas lacunas que estavam abertas.

3.4.2.2 Resolução Normativa n.º 003/2020-CEE/MT de 19 de junho de 2020

Com o objetivo de nortear a reorganização do calendário escolar especificamente no ano de 2020, a referida resolução dispõe sobre as instituições pertencentes a rede estadual de ensino. Composta inicialmente por orientações já inseridas na resolução normativa nº 002/2020, mas desta vez apresenta a necessidade de elaboração de um Plano Pedagógico Estratégico (PPE) o qual explicita todos os passos que devem compor o documento (Identificação da Instituição, Justificativa, Objetivos das atividades, Contextualização, Metodologia, Divulgação, Recursos e Ferramentas, Atuação, Registros e por fim Avaliação da Aprendizagem). Cada escola ao elaborar o PPE deve encaminhar aos seus superiores para a devida aprovação ou se houver necessidade alteração.

A elaboração do PPE provocou diversas dúvidas, muitas sem respostas, ocasionaram conflitos internos escolares, visto que surgiram indagações sobre os itens do documento. Munidos de poucos recursos e ferramentas para atuação pedagógica, constrói um novo cenário, que fragilizado pela pandemia, almeja minimizar as perdas educacionais.

3.4.2.3 Síntese das legislações do nível administrativo estadual

Em nível administrativo estadual, o ensino contou com dois documentos: a Resolução 002/2020 e 003/2020, ambas publicadas no ano de 2020. Em meios ao cenário preocupante da pandemia, sem muitas respostas dos segmentos da saúde, surge a necessidade de o Conselho Estadual de Educação/MT normatizar e regular o ensino. Para tanto, os documentos discutem sobre os calendários escolares, cumprimentos dos dias letivos, elaboração do PPE. Contudo, os referidos documentos não deram conta de responder sobre as perdas educacionais, instrumentos para os profissionais trabalharem de suas residências, gastos não custeados pelo estado com o trabalho home office, garantias de saúde e permanência da vida em meios a pandemia. Ressalta dentre os conflitos ocasionados com a pandemia, que a necessidade da utilização de novas tecnologias, impulsionaram os desafios para os profissionais da educação que não tinham formação tecnologia para manuseá-los e que não possuíam os recursos

tecnológicos necessários e com qualidade, como um bom celular, um bom computador e uma boa rede de *internet*.

3.4.3 Nível Administrativo Municipal

3.4.3.1 Decreto nº 120 de 18 de março de 2020

O referido decreto municipal foi embasado no Decreto Federal de nº 10.212/2020⁸, em consonância com a declaração de emergência em saúde pública, emitido pela Organização Mundial de Saúde e pela Lei Federal nº 13.979/2020⁹.

O artigo 12 do Decreto nº 120 de 18 de março de 2020 orienta que as atividades escolares da rede pública municipal, no período de 23/03/2020 a 05/04/2020, a título de antecipação do recesso, é recomendado que se estendam às unidades particulares.”, ou seja, as férias escolares que ocorrem no mês de julho, foram utilizadas como antecipação. Isso quer dizer que no período compreendido entre 23 de março de 2020 e 05 de abril de 2020, os alunos e profissionais da educação estiveram de férias.

No artigo 13 do Decreto há a implantação do teletrabalho, ou seja, home office nos órgãos e entidades de administração pública municipal, sem prazo determinado, podendo ser revogado a qualquer momento. O inciso primeiro orienta que seja implantando o home office preferencialmente aos servidores públicos acima de 60 anos, com problemas respiratórios, gestantes, lactantes bem como com doenças crônicas, o que inclui os profissionais da educação.

No mês de março de 2020, ainda se sabia pouco sobre o COVID-19, desta forma, percebe-se a cautela do decreto para implantar o teletrabalho. O decreto em nenhum artigo ou inciso explicita como o servidor deveria realizar o teletrabalho, ficando a cargo das respectivas pastas orientar. Neste sentido, há indicativo de o servidor realizar suas funções laborais em seu ambiente doméstico, fazendo uso do acesso à internet, dos meios tecnológicos, tais como computador, celular, tablet e notebook para a realização das atividades públicas referentes a suas funções. No caso específico da educação, as aulas foram suspensas no período de 23 de março de 2020 a 05 de abril de 2020, sendo publicados outros decretos e normativas posterior ao período mencionado.

⁸ Dispõe sobre o regulamento sanitário internacional.

⁹ A lei dispõe sobre as medidas para o enfrentamento do novo coronavírus.

3.4.3.2 Lei nº 2.861 de 05 de maio de 2020

Sancionada pelo prefeito Francis Mariz Cruz, a lei traz disposições sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras nos estabelecimentos públicos e privados no âmbito do município de Cáceres. A lei municipal se sustenta no Decreto Estadual nº 424 de 25 de março de 2020 que declara ‘Estado de Calamidade Pública’ de maneira que o município possa agir de modo a evitar a disseminação do COVID-19. Para tal finalidade, o artigo 1 da referida lei reza que enquanto vigente o estado de calamidade pública, os estabelecimentos públicos e privados ficam obrigados a exigir o uso de máscara de proteção fácil por seus funcionários, colaboradores e clientes, como condição de acesso e permanência às suas dependências. Além de manifestar que os estabelecimentos comerciais correm risco de multa, se descumprirem a lei, podendo chegar a R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) ou até mesmo no cancelamento do seu alvará de funcionamento.

3.4.3.3 Resolução Normativa 005/2020- CMEC/MT de 16 de julho de 2020

Esta resolução é importante uma vez que é pensada as atividades escolares não presenciais. A resolução dispõe sobre normas a serem adotadas pelas Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Cáceres-MT, enquanto perdurar as orientações públicas e sanitárias sobre a situação de pandemia pelo COVID-19, em que se destaca o artigo 2º:

Às Instituições de Ensino, mesmo que paralisadas as atividades escolares presenciais, é recomendado o contato, via internet (site, portal, WhatsApp e outros meios que dispõem) para manter o vínculo entre o professor da turma e seus alunos, bem como, para orientar os pais e seus alunos sobre os cuidados necessários para a prevenção da proliferação do Corona vírus – COVID-19, em uniformidade com o que for preconizado pelos órgãos de vigilância sanitária.

Até a publicação da normativa não houve formações ou orientações sobre a utilização dos meios tecnológicos para as devidas providencias recomendadas. A dificuldade das famílias de se relacionar virtualmente com as escolas, uma vez que não possuem os meios tecnológicos, foi dada alternativas expressas no artigo comunicando que:

As instituições de ensino que não dispuserem de recursos da tecnologia de informação e comunicação poderão ofertar atividades complementares extraescolares impressas, na expectativa de interação entre professor/aluno/família e validação para cômputo de carga horária (CÁCERES, Resolução Normativa 005/2020- CMEC/MT, 2020).

3.4.3.4 Decreto nº 372 de 13 de julho de 2020

O decreto se refere a implantação do regime especial de atividades escolares não presenciais no sistema de ensino da rede municipal de Cáceres-MT, com o objetivo de cumprimento do calendário de 2020.

Fica autorizada, a partir de 15 de julho de 2020, a implantação de regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Cáceres, Mato Grosso, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19), conforme Resolução Normativa nº 005/2020, de 16 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Educação do Município de Cáceres, pelo período em que perdurar a suspensão das aulas presenciais (art.2) (CÁCERES, Decreto municipal nº 372, 2020).

Desde as orientações da Resolução Normativa 005/2020- CMEC/MT em 16 de julho atentou-se a implantar o sistema de atividades não presenciais em Cáceres, desta maneira, todos os outros decretos e leis também foram considerados para a entrada em vigor do presente decreto. Com muitas informações e com ações inacabadas, a resolução referida foi motivo de conflito nos espaços escolares. Sabedores da necessidade de distanciamento social, a classe de profissionais da educação solicitou para os órgãos competentes municipais instruções através das tecnologias digitais, para que o documento fosse discutido em âmbito municipal, fato esse que não ocorreu. Exemplos dos desafios e conflitos: solicitar atividades não presenciais, sem nenhuma formação ou informação pedagógica aos docentes; organização de material pedagógico para os alunos em nível digital; atividades complementares e computação da carga horária trabalhada.

3.4.3.5 Resolução normativa n. 006 de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Plano de Ação Estratégico (PAE) para efetivação das Atividades Escolares não presenciais e critérios para avaliação e validação das atividades complementares extraescolares, para fins de cômputo de carga horária mínima anual e a continuidade do cumprimento do calendário escolar 2020, a serem adotadas pelas Instituições vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Cáceres/MT, enquanto perdurar as orientações públicas e sanitárias em razão da Pandemia provocada pela COVID 19. No mês de julho dispôs o Decreto nº 372 norteando sobre as atividades não presenciais, em sequência no mês de agosto, orienta sobre a elaboração de estratégias para continuidade das atividades escolares, elaborando o documento PAE. Neste documento são destacados a importância dos registros escolares e da organização do ensino para que as aulas sejam validadas.

3.4.3.6 Parecer nº 24 de 07 de agosto de 2020

O referente parecer é direcionado a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Sábio. Documento que manifesta favorável ao Plano Anual de Trabalho (PAT). Sobre este plano, pode-se dizer que se empenha em aplicar 6 metas, que de modo geral, objetiva-se fortalecer o relacionamento interpessoal para oportunizar um ambiente harmônico para o desempenho das atividades. A única alteração solicitada ao PAT foi em relação ao enfrentamento do COVID-19, ou seja, de a escola descrever as estratégias de enfrentamento ao COVID-19. O parecer relata que o PAT contempla ações que visam atender as necessidades do atual momento no que diz respeito às questões didáticas pedagógicas, relacionadas ao ensino aprendizagem com a administração das aulas não presenciais e as expectativas do retorno das aulas presenciais.

3.4.3.7 Decreto nº 438 de 13 de agosto de 2020

O decreto se sustentou no Boletim Informativo nº 155, de 10 de agosto de 2020 do Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus¹⁰, também no Memorando nº 25.413, do Comitê datado, de 13 de agosto de 2020. O memorando dispõe sobre a autorização para o retorno parcial e gradativo das atividades relacionadas a educação de ensino superior e instituições de cursos profissionalizantes no âmbito do município de Cáceres. O decreto em pauta é constituído de três capítulos. O primeiro trata das medidas de segurança. O Decreto n. 438 reafirma o uso de ferramentas digitais, como prioridade para realização de reuniões e eventos, evitando-se assim a aglomeração desnecessária de pessoas. Orienta que “[...] caso haja a necessidade extrema da realização presencial de reuniões, estas deverão ocorrer em espaços abertos, bem ventilados ou ao ar livre, mantendo-se as determinações do protocolo de higienização e distanciamento para locais de uso coletivo” (parágrafo único art. 4).

Manifesta o cumprimento de medidas de segurança a todos os segmentos de atividades educacionais que optarem pela retomada de aulas presenciais atribuindo a eles o cumprimento das determinações definidas e expressas no artigo 5 da normativa. Tal artigo é composto de duas seções. A seção I que trata do protocolo de higienização e atividades nos locais de uso coletivo como pátios, corredores, banheiros e outros em que transitem estudantes e

¹⁰ Decreto n. 301 de 4 de junho de 2020 nomeia os representantes do Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19).

colaboradores. E a seção II discorre sobre o protocolo de higienização e atividades nas salas de aula descritas em 6 itens a saber:

- I** – os alunos deverão ser recepcionados pelos respectivos professores;
- II** – todos deverão fazer uso de máscaras;
- III** – para assepsia das mãos será distribuído álcool na concentração de 70% (setenta por cento), bem como solução higienizadora para os materiais, carteiras e cadeiras;
- IV** – assepsia das mãos no retorno do aluno em sala de aula a cada saída;
- V** – as carteiras, mesas e cadeiras dos alunos deverão manter o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);
- VI** – realização de limpeza minuciosa do ambiente, equipamentos, componentes, peças e utensílios, a cada troca de turma, turno e/ou aluno.

O artigo do Decreto n. 438 determina que compete aos estabelecimentos de ensino promover a capacitação dos profissionais da educação para identificação de casos de síndrome gripal.

No capítulo II é tratado o retorno gradativo da rede de ensino privada de profissionalizante de acordo com um cronograma, cujo retorno se inicia em 17 de agosto de 2020 com porcentagem de 50% de alunos e em 31 de agosto de 2020 o estabelecimento de ensino poderia atingir 100% de estudantes.

O Decreto n. 438 garante, como direito escolar, aos alunos que optarem pela manutenção do isolamento social e/ou por estarem inseridos em grupo de risco, que o estabelecimento de ensino disponibilize os meios de ensino à distância como alternativa inclusive para as avaliações, apresentação de trabalhos, computação de presença, dentre outros (art. 9º).

E concluindo, o capítulo III das disposições finais, é taxativo quanto ao descumprimento da norma acarretando a responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes infratores, nos termos da Lei¹¹ e expressa que “[...] fica terminantemente vedada qualquer atividade presencial de alunos e/ou colaboradores que apresentarem sintomas gripais” (art.11).

¹¹ Além das leis penais e civis já existentes, no mês de outubro de 2020 foi homologada a Lei Ordinária de n.2.9012 que estabelece multa para pacientes com COVID-19 que não cumprirem dolosamente as regras de isolamento e dá outras providências.

3.4.3.8 Síntese das legislações do nível administrativo municipal

Para perceber e assimilar os desafios impostos pela pandemia no que tange a educação, foi fundamental compreender alguns dos decretos, pareceres e leis que orientaram a educação, processo pedagógico, no município de Cáceres no ano de 2020. O primeiro deles é o Decreto nº 120 de 18 de março de 2020 no qual em meio ao caos instalado pela pandemia, decide-se a nível municipal, com base em decisões em âmbito federal, antecipar as férias escolares. No momento da elaboração do Decreto havia uma expectativa de retorno presencial breve, embora, houvesse muita incerteza sobre o novo coronavírus. Afirma-se tal expectativa, visto que foi antecipado o recesso escolar, no ensejo de após esta data, retornar normalmente as aulas. Infelizmente, tal situação hipotética não ocorreu, pelo contrário, determinou o início de um período incerto para os gestores escolares e toda comunidade escolar. A insegurança dentro dos ambientes escolares provocou impaciência e desafiou ainda mais o sistema público de ensino que tem como função social garantir uma educação de qualidade.

Do início da pandemia à tomada de consciência do agravamento da crise, a exigência do uso da máscara em todos os ambientes públicos e sociais pela força da Lei Ordinária municipal n. 2861 decorrer quatro meses, até a publicação do Decreto nº 372, em julho regulamentando no município as atividades não presenciais, criou-se a necessidade de dar continuidade não só ao processo educacional, como a continuidade do sistema administrativo público e particular. Os quatro meses foram suficientes para que análises, estudos e debates sobre a implantação de atividades não presenciais no sistema educacional fossem regulamentados dentro da ordem jurídica vigente, a respeito da educação brasileira que é presencial.

Destaca-se que não houve em âmbito municipal, formações, palestras, conferências ou outras atividades com vistas de auxiliar os profissionais da educação sobre a implantação das atividades não presenciais. Sabe-se das dificuldades já existentes na rede municipal com acesso nos espaços escolares dos meios digitais e internet antes da pandemia, no entanto agravou-se a situação, instalando um quadro de incertezas e desafios no processo ensino aprendizagem. Os alunos utilizarem aparelhos para acompanhar as aulas, sejam elas síncronas ou assíncronas foi frustrante. Muitos estudantes não possuíam nem poderiam ter acesso a internet. Por outro lado, professores tiveram que dominar, em pouco tempo, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o que se apresentou como uma situação desafiadora e ao mesmo tempo problemática, uma vez que a experiência e o know-how dos professores é o ensino presencial.

A Resolução Normativa nº 005/2020- CMEC/MT foi utilizada para os novos encaminhamentos da educação municipal de Cáceres, que através dos gestores escolares municipais, orientaram os professores a manter ou criar vínculos com os alunos através de grupos de WhatsApp, desta maneira, intentando-se fortalecer os elos entre escola e família. Porém, alguns aspectos devem ser ponderados neste sentido, o primeiro deles é o fato de o professor dispor de seu número telefônico pessoal para criar ou fortalecer esses elos que são recomendados.

Mediante a situação econômica do país, dois agravantes são encontrados: perda da privacidade do profissional e falta de recurso tecnológico que assegurasse condições de receber recados e imagens, bem como gravar vídeos e conversas. Outro fato agravativo foi a não realização de formação e treinamentos no ano de 2020 para a construção das aulas remotas. Não se pode cobrar do professor que seja dotado de habilidades tecnológicas e digitais em um curto espaço de tempo sem oferecer-lhe formação adequada para tal. Desta maneira, todas e quaisquer artigos devem ser analisados minuciosamente para fortalecer os elos educacionais, com interpretações adequadas. Há presente normativa apenas orienta que as atividades devem estar em consonância com o projeto pedagógico, no entanto, como alternativa, revela que poderão ofertar atividades complementares.

O Decreto nº 438 que tratou do retorno gradativo e parcial das aulas no ensino superior e instituições de cursos profissionalizantes, serviu de parâmetros para o ensino da educação básica dialogar de que maneira poderia acontecer este retorno nos respectivos espaços escolares. Neles são encontradas as determinações de medidas de segurança, as competências dos estabelecimentos de ensino no que trata das medidas de higiene e biossegurança, os sistemas de organização de escala para o retorno parcial e gradativo, trata também da proibição de atividades de pessoas do grupo de risco, enfim, dos protocolos de higienização dos locais de uso coletivo e de atividade de higienização das salas de aula.

O Decreto em questão apresenta dispositivo que afirma ser os estabelecimentos de ensino responsáveis competentes para promover a capacitação dos profissionais da educação na identificação de casos de síndrome gripal. Por ora, refletindo sobre a determinação mencionada, é praticamente impossível os profissionais da educação cumprirem. Realizar diagnóstico é função da área da saúde, ou seja, identificar casos suspeitos de pessoas com síndrome gripal, não é competência dos profissionais da área da educação.

4 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

A seção apresenta a sistematização e a análise de dados da pesquisa, organizada em duas etapas. Na primeira etapa os dados obtidos através das fontes documentais, as quais são: caderno de registro de ocorrências escolar, atas de deliberação do Conselho Escolar da escola e as principais normativas que orientaram os gestores durante a pandemia. Na segunda etapa, ocorre a análise de dados das entrevistas.

Com a realização das duas etapas foi possível compreender os fatos que estimularam os conflitos na instituição escolar, bem como as soluções encontradas pelos gestores diante dos mesmos.

A coleta de dados foi realizada em uma escola pública da rede municipal de Cáceres-MT, Escola Municipal Pequeno Sábio, que se situa em uma avenida com grande fluxo de pessoas e meios de locomoção terrestre. Seu prédio já pertenceu a rede estadual. Desde 1993, está sob responsabilidade da rede municipal de ensino de Cáceres-MT. Atende a diversos bairros da cidade e famílias em situação econômica e cultural desigual. A escola possui saneamento básico, energia elétrica, ar-condicionado em oito salas, num total de nove salas. A sala da secretaria escolar possui apenas um ventilador, assim como o espaço utilizado pela coordenação e direção. Há também uma sala de professores que possui cinco ventiladores de teto. Seu atendimento é em tempo integral e parcial, facilitando para as famílias que precisam trabalhar e deixar seus filhos na escola. A escola atende ao público exclusivamente da educação infantil, distribuídos em dois turnos, sendo matutino e vespertino. Há também um grande espaço externo, composto de jardins, parque e quadra. Com o cenário desafiador da pandemia, que é justamente ofertar as famílias condições de acompanhar as aulas remotas, não foi diferente na rede municipal.

Especificamente a escola pesquisada não possui espaço para atender as famílias em suas necessidades tecnológicas, nem ao menos um computador com acesso à internet para ajudar. Desta maneira, ficou a cargo das famílias arcarem com computadores, celulares e internet para que os alunos pudessem acompanhar as aulas remotas. Sobre os recursos tecnológicos para os professores não foi diferente, no ano de 2020, a Escola Municipal Pequeno Sábio não possuía nenhum computador disponível para os professores planejarem suas aulas, fato esse que causou conflitos.

4.1 Fontes documentais

Para compreender o ano escolar atípico, foi fundamental ter acesso aos registros escolares do ano de 2020 da escola pesquisada com vistas a constatar a situação vivida pelos gestores. A leitura e conhecimento das legislações federais, estaduais e municipais, que orientaram o processo educacional no país, viabilizou apreender a dinâmica de construção das ações e decisões que orientaram os gestores e que se encontram registradas no Caderno de Ocorrências e nas atas de reunião do Conselho Deliberativo da escola.

4.1.1 Caderno de ocorrência: registros do ano de 2020

O Caderno de Ocorrência é um instrumento que as escolas fazem uso para relatar todas as situações atípicas que ocorrem no interior da escola e que precisam de registro, tanto da descrição do fato ocorrido e indicação dos atores envolvidos, como das medidas tomadas pela escola. Neste documento ficam registrados e assinados pelos envolvidos os fatos ocorridos, dentro do estabelecimento de ensino, envolvendo os diferentes atores da escola: funcionários, alunos, famílias, professores. É um caderno simples, do tipo ata, cor preto e fica sob a guarda e responsabilidade da gestão administrativa da escola, sob a supervisão da gestão administrativa escolar, mas, por vezes, pode ser feita pela secretaria escolar ou coordenação. Neste documento, são relatados os fatos ocorridos, a data, os envolvidos, nomes das pessoas que estão presentes no ato do registro. Busca-se relatar detalhes, para que em qualquer situação vindoura esteja explicado as particularidades. Ao final do relato, é realizada uma leitura em voz alta e, posteriormente, cada um lê novamente e em seguida todos assinam, declarando a conformidade com o que foi registrado.

Tomou-se como ano base da coleta, sistematização e análise o ano de 2020, por ser este, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o marco zero da pandemia. De posse do Caderno de Ocorrência, constatou-se que não houve registro. Para entender essa constatação, em conversa com a gestora escolar, ela esclareceu que houve vários conflitos que não foram registrados devido ao distanciamento social, já que para ser registrada uma ocorrência é condição, *sine qua non*, a assinatura de todos os envolvidos ao final do registro escrito. A ausência de registros ocorreu justamente pela ausência física dos profissionais de educação e comunidade escolar no espaço escolar. Conforme a gestora afirmou: “*Houve diversos conflitos, mas não conseguimos registrar. Naquele momento a vida era mais importante*” (GESTORA). Conforme a diretora escolar afirmou, os conflitos foram

intensificados tais como: conflito intrapessoal, desrespeito a opinião do outro, ocasionando agressões verbais e desentendimentos. Um ano atípico com distanciamento social provocou também, de certa maneira, a ausência do diálogo e como consequência, o ato do ouvir.

Ceccon (2009, p. 19) afirma que:

Conflitos existem por toda parte. Não são, em sua natureza, nem bons ou ruins: fazem parte da vida em sociedade. A maneira como lidamos com eles, no entanto, faz com que tenham desdobramentos positivos ou negativos. Quando bem manejados, os conflitos podem levar as situações de intensa criatividade e aprendizagem.

Reforça-se que o conflito existe como parte da vida do homem em sociedade. Aprender a compreendê-lo como positivo é essencial para os ambientes escolares. Desta maneira, registrá-los em livros a fim de documentá-lo, possibilita revisitá-lo com vistas a refletir sobre os acontecimentos que geraram conflitos. Todavia, a situação pandêmica em 2020 impossibilitou os registros dos conflitos no livro de ocorrência.

4.1.2 Atas de reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2020

As atas de reuniões do Conselho Deliberativo visam registrar toda e qualquer reunião na qual os membros do respectivo Conselho estejam presentes, a fim de dar anuência as decisões. É uma maneira que as instituições de ensino utilizam para documentar as decisões. Esta é uma ação que ocorre há muito tempo na instituição, portanto, extrapolam ações financeiras as quais os Conselhos Deliberativos sempre estão atentos. Observa-se que, com tantas situações diferentes a todo momento em 2020, o alinhamento do Conselho Deliberativo com gestão foi fundamental para a determinação das ações pedagógicas, utilizando em tempo hábil as verbas federais para um bom andamento dos trabalhos escolares.

Como o novo panorama mundial incerto, os respectivos envolvidos nas decisões pedagógicas procuraram argumentar suas falas através dos documentos oficiais e as legislações pertinentes, no entanto, observou-se sensibilidade dos integrantes do Conselho Deliberativo para atender prontamente as demandas da instituição de ensino. Embora as decisões fossem tomadas conjuntamente, são as particularidades, ou seja, a maneira correta de interpretar os documentos oficiais de cada um dos envolvidos do segmento que possibilitaram espaços de diálogo, mesmo que por vezes, virtuais.

No entanto, no que tange as atas de reuniões para resolução ou relatos dos fatos ocorridos em 2020, registraram-se quatro reuniões presenciais do Conselho Deliberativo, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10 – Registro de reuniões do Conselho Deliberativo em 2020

ATA	DATA
01/2020	10 de março de 2020
02/2020	28 de maio de 2020
03/2020	28 de agosto de 2020
04/2020	31 de agosto de 2020

Fonte: RIBAS, 2022.

As quatro reuniões do Conselho realizadas foram especificamente para tratar de questões relacionadas à gestão, isto é, priorizou-se reuniões sobre os seguintes temas: prestação de contas, utilização de verbas e a manutenção dos membros do Conselho para tomada legal de decisão. O registro fotográfico das atas aconteceu em 16 de março de 2022, nas dependências da escola pesquisada. O espaço utilizado para a pesquisa foi à sala da coordenação, sob a sua supervisão.

Percebe-se através das atas, a ausência de mais reuniões presenciais, no entanto, o Conselho Deliberativo por diversas vezes viabilizou tomadas de decisões por reuniões virtuais. Sabe-se que os prazos legais para utilização de verbas devem ser cumpridos, então a utilização de tecnologias virtuais foi imprescindível. *“Nos encontramos muitas vezes por telefone ou chamadas de vídeos para dar os encaminhamentos necessários”* (GESTORA). Verifica-se que o Conselho Deliberativo se reuniu para tomada de decisões financeiras, deixando de reunir para solucionar conflitos.

Os Conselhos são colegiados implantados juntamente com a democratização do Brasil. Para Vinha (2004, p. 64):

É importante lembrar que a autonomia não é o mesmo que individualismo, ou apenas independência ou, simplesmente, ter liberdade para fazer o que se quer; significa coordenar os diferentes fatores relevantes para decidir agir da melhor maneira para todos os envolvidos.

Sendo assim, o Conselho Deliberativo tem autonomia para deliberar nas escolas e o seu papel é contribuir com os espaços escolares tomando as melhores decisões em conjunto com os demais profissionais de educação, fazendo valer a democracia. Neste sentido, as decisões tomadas, mesmo que virtuais foram válidas. Estas decisões foram, posteriormente registradas no livro de ata do Conselho.

4.1.3 Regulamentos, leis, pareceres e decretos

O quadro a seguir apresenta todas as resoluções, leis, pareceres e decretos por nível administrativo. Catalogar os documentos do Ministério da Saúde e Educação, normativas, pareceres e decretos foi fundamental para analisar quais documentos provocaram situações conflitantes na escola pesquisada. As contribuições e análises em nível federal, estadual e municipal foram apresentados ao final de cada apresentação por esfera administrativa através da síntese.

Quadro 11 – Resoluções, leis, pareceres e decretos em nível federal, estadual e municipal

Nível	Denominação	Número	Data da publicação
Federal	Parecer CNE/CP	05	28/04/2020
Federal	Parecer CNE/CP	06	19/04/2020
Federal	Parecer CNE/CP	09	08/06/2020
Federal	Parecer CNE/CP	11	07/07/2020
Federal	Parecer CNE/CP	15	06/06/2020
Federal	Lei	14.040	18/08/2020
Federal	Resolução CNE/CP	02	10/10/2020
Federal	Resolução CNE/CP	02	05/08/2021
Estadual	Resolução normativa CEE/MT	02	02/03/2020
Estadual	Resolução normativa CEE/MT	03	19/06/2020
Municipal	Decreto	120	18/03/2020
Municipal	Lei	2681	05/05/2020
Municipal	Resolução CMEC/MT	005	16/07/2020
Municipal	Decreto	372	13/07/2020
Municipal	Resolução CMEC/MT	006	21/08/2020
Municipal	Parecer	24	07/08/2020
Municipal	Decreto	438	13/08/2020

Fonte: RIBAS, 2022.

Realizando uma análise das contribuições dos documentos oficiais que orientaram a educação no ano de 2020, pode-se dizer que todos de alguma maneira contribuíram para as tomadas de decisões. No que se reporta ao âmbito federal, todos os documentos foram importantes na construção dos documentos estaduais e municipais. Através dos documentos da esfera federal é que as secretarias estaduais e municipais elaboraram suas diretrizes a fim de orientar a educação no período pandêmico.

O Parecer CNE/CP nº 09 de 09 de junho 2020 que é reexame do Parecer CNE/CP nº 05/2020, que trata da reorganização do calendário escolar, da carga horária e das competências da gestão escolar foi debatido com cautela nos espaços escolares. Afetados pela pandemia, os gestores e profissionais da educação ficaram tensos ao pensar numa reorganização do calendário escolar que atendesse as demandas das famílias, mas ao mesmo tempo, das escolas. Cada município atendeu ao parecer, primeiramente deram atenção as orientações sanitárias, garantido a vida. No município de Cáceres, a Secretaria de Educação construiu um calendário para a reposição das aulas. Também em outros documentos oficiais informou as escolas municipais dos próximos encaminhamentos: construção do PAT, elaboração de aulas remotas e atendimento *on line* as famílias.

Sobre a esfera estadual e seus documentos emitidos no ano de 2020, dentre os quais as duas resoluções normativas foram também embasadas nos documentos de âmbito federal. Em relação aos documentos municipais, todos foram utilizados nos espaços escolares para que as decisões da gestão fossem amparadas legalmente. O único documento que não ocasionou conflitos foi o parecer 24 que tratava da revisão de alguns itens do PAT. As reuniões foram realizadas via *googlemeet*, a cada documento novo publicado, virtualmente os profissionais da educação participavam para leitura e as devidas deliberações. Esses momentos eram sempre regados de incertezas, dúvidas e conflitos. Assim sendo, a gestão escolar encontrou nas tecnologias uma maneira de deliberar as ações. Como afirma Graça et al. (2020, p.193), “[...] as reconversões metodológicas e curriculares exigidas ao professor nestes tempos pandêmicos o obrigaram a uma adaptação ao uso de meios tecnológicos”.

Percebeu-se na escola pesquisada a intenção da gestora em encaminhar as reuniões com amparo legal, no entanto, com a situação pandêmica, boa parte dos envolvidos nas reuniões, sentiam-se desamparados emocionalmente e financeiramente. Esta condição sentida, esteve para além da educação, pois implicou na questão de saúde e segurança. Esses fatores geravam conflitos com a escola e com o poder público. Algumas lacunas ficaram sem respostas nas fontes documentais devido à falta de registro. Contudo, as entrevistas responderam esses espaços em branco.

4.2 Entrevistas: conflitos em ambiente escolar na concepção do conselho deliberativo e gestão escolar

A segunda etapa da sistematização e análise corresponde ao tratamento das informações geradas por meio das entrevistas que ocorreram no mês de março de 2022 de

forma presencial, utilizando aparelho de gravação de voz. Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas após aprovação do Comitê de Ética, ocorrido no mês de dezembro de 2021.

A realização das entrevistas seguiu um roteiro com a seguinte pauta:

- Fale sobre os impactos e desafios da pandemia no contexto escolar;
- Comente sobre os conflitos que ocorreram com a pandemia na unidade escolar;
- Manifeste sua percepção sobre os motivos que originaram os conflitos (entre os professores; professores e os pais; pais e os gestores; professores e gestores);
- Cite os principais desafios e soluções encontradas pelos gestores da escola aos conflitos.

A técnica utilizada foi a Análise de Conteúdo, identificando após transcrição e leitura, as Unidades de Registro, uma vez que esta “É a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis” (BARDIN, 2016, p. 134).

Foram entrevistadas cinco pessoas, todas efetivas na rede municipal de ensino de Cáceres e todas com cargo na gestão, lotadas na escola pesquisada. Foi utilizado pseudônimo para identificar as falas e ao mesmo tempo garantir o anonimato, os quais estão apresentados no Quadro 12:

Quadro 12 – Relação dos sujeitos e suas respectivas funções e pseudônimo

GESTORES/FUNÇÃO	PSEUDÔNIMO
Vigia noturno	Amor
Secretaria escolar	Felicidade
Diretora escolar	Gratidão
Coordenação pedagógica	Simpatia
Presidente do conselho deliberativo	Ternura

Fonte: RIBAS, 2022.

Em relação aos nossos entrevistados, todos estavam em exercício pleno de suas funções, nenhum encontrava-se em desvio de função ou atestado médico no ano pesquisado. A equipe da gestão escolar é composta por: Diretor escolar, coordenação pedagógica e secretaria escolar. A diretora lotada desde sua efetivação no concurso público na escola pesquisada, já desempenhou esta função outras vezes. A coordenadora pedagógica, professora há mais de uma década, exerceu a função de coordenadora na unidade escolar pela primeira vez. A secretaria escolar que já exerceu outras funções administrativas em outras pastas da

prefeitura, desde 2019, assumiu a função de secretária escolar. Da equipe do Conselho Deliberativo foram pesquisados respectivamente: presidente e secretário. A pessoa que exerceu o cargo de presidente, professora efetiva, lotada em 2018 na unidade escolar, ativa na função de professora e membro do conselho. E por último, o secretário do Conselho Deliberativo lotado há mais de uma década na unidade escolar, participa ativamente das ações escolares, colaborando não só em sua função, bem como, em outras ações solicitadas.

Os gestores possuem bastante experiência na área de educação, sendo que boa parte de suas carreiras profissionais foram construídas na unidade de ensino pesquisada. Todos os participantes possuem contato diário com os alunos, famílias e profissionais da escola, vivenciando as adversidades rotineiras, conflitos, embates dentre outros. Para Eller (2019, p. 31) é:

Desse modo que há uma participação ativa na gestão democrática da escola, pois todos exercem valores inegavelmente políticos, como a identificação dos problemas, a discussão das possíveis soluções, por meio de argumentação, tendo como alvo o consenso, a implementação das decisões e o asseguramento de que eles serão cumpridos na sua totalidade.

As entrevistas foram realizadas nas dependências da unidade escolar, entre os dias 28 de fevereiro de 2022 a 03 de março de 2022. Para tanto, foi reservada a sala dos professores, pretendendo manter um ambiente tranquilo para as entrevistas. Os horários escolhidos foram em um período em que o espaço não seria utilizado para hora-atividade ou outras funções. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que consta no Apêndice A, concordando em participar da entrevista.

Através das entrevistas objetivou-se analisar a percepção da equipe gestora sobre os conflitos enfrentados durante a pandemia, especificamente no ano de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem; e conhecer a motivação dos conflitos se na implantação e na implementação das atividades pedagógicas não presenciais.

A partir da categorização das entrevistas foi possível definir as seguintes categorias de análises:

- Impacto da pandemia no contexto escolar;
- Conflito na unidade escolar durante a pandemia;
- Motivos dos conflitos na escola;
- Desafios e as soluções dos gestores aos conflitos.

Com a definição das categorias, da transcrição e das várias leituras das respostas dos sujeitos aplicou-se a técnica de análise de conteúdo sendo possível identificar as Unidades de Registro no contexto de cada categoria.

4.2.1 Impacto da pandemia no contexto escolar

Após a leitura das respostas, identificou-se que o maior impacto foram as incertezas geradas pela suspensão das atividades presenciais, promovendo conflito de diferentes ordem. Como ressalta Eller (2019, p. 35):

[...] a escola é um dos pilares da estruturação da democracia e nesse aspecto precisam ser articulados os processos democráticos, objetivando-os os valores sociais, culturais e econômicos, pois é necessário se organizar para enfrentar situações de indisciplina e de conflitos, que podem culminar em violência.

O cenário diferente que a suspensão das aulas trouxe, tanto para as famílias, quanto para as instituições de ensino, destacou falta de recursos tecnológicos, falta de preparo das famílias e das instituições para atender as demandas, que se quer, haviam sido pensadas em tempos normais. Neste sentido, no Quadro 12 a está a UR e de contexto referente à categoria.

Quadro 13 – Unidade de Registro e de Contexto referente à categoria - Impacto da pandemia no contexto escolar

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	UNIDADE DE CONTEXTO (UC)
Incertezas geradas pela suspensão das atividades presenciais	<i>[...]Uma das maiores dificuldades foi a questão da comunidade escolar, da família. No primeiro momento a família só foi para casa, nós só viemos para casa, não sabia exatamente o que fazer, não havia preparação da família, se nós enquanto profissionais não estávamos preparados, imagina a família. (GRATIDÃO, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>Os impactos no meu ponto de vista, o principal foi a suspensão das atividades presenciais, atendimento de forma remota para as crianças e famílias. E assim ter a necessidade de várias adequações no geral. Quanto ao professor precisava adaptar ao novo formato, utilizando das ferramentas acessíveis para realizar este trabalho remoto com as crianças e com as famílias, utilizando de celulares e computadores. (FELICIDADE, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>Os alunos não puderam participar presencialmente, tiveram que ficar em casa, tivemos que reorganizar e os professores também, todos ficaram nervosos e confusos. (SIMPATIA, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>[...]Nós como professores e também as famílias recebemos a pandemia com impacto, porque os alunos tiveram que ficar em casa. De certa forma os pais tiveram que fazer o papel de professor, nós passávamos para eles e os mesmos tinham que ensinar seus filhos. (TERNURA, entrevista concedida em 2022).</i>

Fonte: RIBAS, 2022.

Das cinco respostas obtidas, quatro entrevistados elencaram a interrupção das aulas presenciais como maior impacto da pandemia na educação. O quinto entrevistado (AMOR) afirmou que foi “[...] *um ano muito difícil dessa doença que veio assolar o nosso país, e ficou difícil para todo mundo e para os alunos*”.

A suspensão das aulas em março causou impacto nas famílias e nos profissionais que atuavam na educação. A incerteza gerada pela pandemia juntamente com o sentimento de estarem desprotegidos causaram confusão e nervosismo para todos os envolvidos. Como afirmou Gratidão, “[...] *não estávamos preparados para essa situação vivenciada, tampouco as famílias. Sem as orientações dos órgãos competentes, tampouco sem políticas públicas que dessem conta dessa demanda, foi se construindo um contexto incerto e de muitos embates. Demorou-se para que as primeiras orientações fossem surgindo.*” Segundo Cardoso (2015, p. 99) “Em uma significação muito próxima, podemos entender que: sem que os direitos das pessoas sejam defendidos, a democracia se esfacela; sem preceitos democráticos mínimos, não existe abertura para o diálogo e ao encontro do outro para a solução pacífica de conflitos”. Neste sentido, sem as devidas orientações dos órgãos competentes, instaurou-se as situações de confusão e desentendimentos entre os pares, o que fortaleceu os sentimentos de incertezas.

Outro aspecto interessante apontado pelos entrevistados foi o da família, que teve que se adaptar frente a este novo panorama. As famílias tiveram que ensinar seus filhos o que era de competência da escola. Contudo, Lopes et al. (2021, p. 143) advertem que:

[...] as condições sociais da maioria dos alunos não têm subsídios essenciais de pesquisas para abstração dos conteúdos propostos no currículo escolar. Não há motivação e estímulos suficientes para uma boa aprendizagem na maior parte dos estudantes, não existem incitações suficientes para cumprir o horário e/ou se quer fazer as atividades, na maioria das famílias.

A escola pesquisada que atende exclusivamente o público de Educação Infantil, por mais que os professores orientassem através de vídeos, tornou-se responsabilidade dos pais assegurar o ensino em casa. Esses impactos sofridos repentinamente causaram transtornos para os profissionais, estes foram sentido nas falas e nos desabafos durante as entrevistas e provavelmente para as famílias. Para Ávila et al. (2021, p. 32):

O desenvolvimento de competências e habilidades nos discentes deve ser de responsabilidade da Instituição de Ensino. No cenário atual do distanciamento social e com os discentes apresentando ansiedade, temor, dificuldade de concentração, fica mais evidente o papel das escolas e universidades.

Outra questão apontada é sobre o desafio de utilizar as tecnologias digitais para o processo ensino-aprendizagem. Se antes era utilizado apenas para o preparo das aulas,

formações pedagógicas, na pandemia tornaram-se ferramentas de trabalho essenciais. Em curto espaço de tempo, apenas três meses, foi solicitado aos professores, as famílias e aos estudantes uma adaptação ao novo formato do processo ensino-aprendizagem. Isso gerou desconforto e ansiedade nos envolvidos mediante a necessidade de aperfeiçoamento e aprendizagem significativas principalmente dos profissionais da educação, para que pudessem apreender a lidar com as ferramentas tecnológicas.

Neste contexto, a escola se apresentou ainda mais como um lugar:

[...] um palco de uma diversidade de conflitos, sobretudo os de relacionamento, pois nela convivem pessoas de variadas idades, origens, sexos, etnias e condições socioeconômicas e culturais. Todos na escola devem estar preparados para o enfrentamento da heterogeneidade, das diferenças e das tensões próprias da convivência escolar, que muitas vezes podem gerar dissenso, desarmonia e até desordem. (GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES, 2014, p.18).

Neste palco de pessoas que enfrentam as diversidades de pensamentos, indispensável para a construção da democracia, surgiram as questões específicas da pandemia que trouxeram muitos desafios e impactos as unidades escolares. Para tanto, as escolas tiveram que despertar para o exercício do ouvir atencioso, promovendo desta maneira a fala construtiva.

Para Graça et al. (2021, p. 9) “[...] O ensino em tempos de pandemia, além de ter sido um desafio para a escola e para os professores, também foi para os alunos um momento de crescimento e de superação”. Visto por essa vertente, os desafios impostos pela pandemia, proporcionaram momentos de reflexão sobre o agir professoral, nele está incluído o dialogar nos espaços escolares, a fim de encontrar estratégias para viabilizar a aprendizagem dos estudantes.

4.2.2 Conflito na unidade escolar durante a pandemia

Na segunda questão da entrevista tentou obter a percepção dos entrevistados, sobre os conflitos durante a pandemia, que ocorreram na escola pesquisada.

Quadro 14 – Unidade de Registro e de Contexto referente a categoria - Conflito na unidade escolar durante a pandemia

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	UNIDADE DE CONTEXTO (UC)
Discordância entre os gestores e os professores	<i>O primeiro conflito é o pedagógico, não sabíamos que plano usar, como usar, o que fazer, ficamos todos preocupados, confusos. E os professores nem são culpados, porque a pandemia veio de repente, tivemos que adequar e adaptar. (SIMPATIA, entrevista concedida em 2022)</i>
	<i>Teve muita dificuldade a questão do pedagógico, não tinha muita conexão entre professores e coordenação da escola, e isso acabou me sobrecarregando mais ainda. (GRATIDÃO, entrevista concedida em 2022)</i>
	<i>O maior conflito foi a suspensão das aulas, os alunos não podiam vir para escola, muitos professores interinos tiveram seus trabalhos cancelados. (AMOR, entrevista concedida em 2022)</i>
Insegurança nas decisões (conflito intrapessoal)	<i>O maior conflito foi justamente ter que mandar o aluno para casa, propor para o aluno ficar em casa. (TERNURA, entrevista concedida em 2022)</i>
	<i>A evasão escolar é um conflito, muitas das famílias não tinham acesso a essas ferramentas que eram necessárias no momento. (FELICIDADE, entrevista concedida em 2022)</i>

Fonte: RIBAS, Mônica de Almeida (2022).

As respostas à questão formulada, para que eles comentassem sobre os conflitos que ocorreram na unidade escolar com o advento da pandemia, apresentaram três unidades de registros. Elas se relacionam ao mesmo tempo em que se desencontram reciprocamente. As questões foram mencionadas por sujeitos cujas funções são de direção, coordenação e vigia noturno.

Constata-se que dois entrevistados observam que o aspecto pedagógico é o que causou maior conflito na unidade escolar com o advento da pandemia. No caso de Simpatia (2022) ela argumentou que a falta de orientação da Secretaria Municipal de Educação (SME) em relação ao pedagógico é que gerou conflitos intrapessoais, sendo que os professores ficaram sem saber como e o que trabalhar, isto é, tomar decisão por si ou esperar as orientações de órgão superiores, da SME, ou da Coordenação escolar. Desta maneira com a falta de direcionamento pedagógico, houve momentos de confusão e desacordos no ambiente escolar. Ressalta-se que em 2020 a primeira resolução é datada no primeiro quadrimestre do respectivo ano, data em que já havia iniciado o ano letivo na rede municipal de ensino de Cáceres-MT. Neste espaço de tempo, sem orientações pedagógicas, instalou-se um ambiente inseguro para os profissionais de educação.

Além da falta de orientação, as instituições de ensino sofreram com a falta de humanidade do atual Presidente da República. Como destacou Lopes et al. (2021, p. 134):

[...] o presidente da república (Jair Bolsonaro), conforme destaca a BBC News Brasil, em um dos pronunciamentos no início da pandemia, o chefe do país crítica o fechamento das escolas, esnobando e desconsiderando o alerta da OMS, o qual o jornal destaca que: O presidente Jair Bolsonaro criticou, em pronunciamento em rede nacional na noite desta terça-feira (24), o fechamento de escolas e comércios.

O segundo entrevistado, Gratidão (2022) relaciona os conflitos com a falta de conexão entre Coordenação escolar e professores, o que instalou um ambiente desorganizado, promovendo equívocos em ações e falas e conflitos interpessoais. Os momentos mais acalorados aconteceram via Internet/conferência ou mesmo por telefone, entre os professores e os gestores da unidade escolar. Todavia:

A simples convivência humana implica uma pluralidade de interesses, necessidades e vontades, significando uma potencialidade constante para os conflitos. Por isso, se gerenciados com eficiência, eles podem levar a restauração das relações e a colaboração; ao contrário, podem levar ao desajuste nas relações interpessoais e até mesmo a violência. (GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES, 2014, p.18).

Nas duas respostas não há menção a utilização do diálogo, instrumento importantíssimo para as redes educacionais. A educação é construída com conflitos, mas os mesmos devem oportunizar diálogos, escutas e falas respeitando a pluralidade de interesses. Nos dois casos, com o distanciamento social o diálogo foi prejudicado. O que deveria acontecer é o que Chrispino (2007) alerta:

Podemos esperar que, pela diferença entre as opiniões, haja conflito no espaço escolar. Um conflito criado pela diferença de conceito ou pelo valor diferente que se dá ao mesmo ato. Professores e alunos dão valores diferentes à mesma ação e reagem diferentemente ao mesmo ato: isso é conflito. (CHRISPINO 2002, p. 7 apud CHRISPINO, CHRISPINO, 2007).

Os conflitos acontecem a todo momento nos espaços escolares, bem como em outros espaços sociais, no entanto, o que se deve atentar é que ele é necessário para a saída da inatividade, é ele que move as construções significativas. No momento atípico do processo educacional, como o vivido em 2020, as desconexões ou confusões foram afloradas no meio educacional, mesmo sendo a sua funcionalidade o de desenvolver o debate, o diálogo, promover o relacionamento com o outro por meio da fala a fim de permitir proposituras significativas.

Outro fator significativo refere-se ao encerramento de contratos de professores e funcionários terceirizados como consequência da suspensão das aulas. Amor (2022) reporta a este momento delicado que vai além dos espaços escolares, envolvendo questões financeiras de profissionais que não esperavam essa decisão por parte dos agentes públicos.

A cidade de Cáceres/MT tem uma demanda alta de interinos no setor educacional para atender necessidades emergentes, substituindo professores em desvio de função, licença-prêmio, licença-maternidade e salas que foram lotadas para diretores e coordenadores.

A segunda unidade de registro da categoria – Conflitos na unidade escolar durante a pandemia apresentada, trata da insegurança das decisões. Dois fatores são apresentados nesta unidade: suspender as aulas (mandar os estudantes para casa) e interrupção de contratos de interinos.

Tanto Ternura (2022), quanto Felicidade (2022) trataram da mesma questão: mandar o estudante para casa e ter como consequência a evasão. Felicidade (2022) lembrou que muitas famílias não têm acesso as ferramentas tecnológicas o que foi conflitante com o ensino – aprendizagem proposto para a continuidade do processo educacional. Assim, na pandemia, muitas famílias preferiram parar de enviar atividades impressas, responder recados da escola e dar o *feedback*, transparecendo uma desistência, alimentando a estatística de evasão escolar. A escola pesquisada atende o público da Educação Infantil e as turmas mais afetadas foram exatamente as que o ensino é obrigatório (2º e 3º anos) provocando a evasão escolar. Contudo:

A capacidade dos docentes se reinventarem já é realidade no Brasil, as poucas condições de material, estrutura e organização social dentro das escolas, torna o professor especialista em reformular o plano de aula por falta de materiais. Porém, o MEC denota que tem que dar continuidade ao ano letivo para não haver a possibilidade de desistências, o ministério afirma que precisa dar continuação nos estudos porque pode existir a probabilidade de abandono escolar em massa, deixando o país com baixa escolaridade. (LOPES, et al. 2021.p. 151).

Outrora, compreende-se as dificuldades encontradas pelas famílias para assegurar a continuidade da escolarização das crianças na pandemia. No entanto, é direito delas receberem educação de qualidade, mesmo em tempos pandêmicos. Para tanto, os professores não mediram esforços para reformularem seus planos de aulas e as famílias para encontrar maneiras de continuar com os alunos matriculados nas redes de ensino.

4.2.3 Motivo dos conflitos na escola

O propósito desta categoria é manifestar a percepção dos entrevistados sobre os motivos que originaram os conflitos entre professores; professores e os pais; pais e os gestores; professores e gestores. Salienta-se que é fundamental observar as falas, buscando compreender seus significados.

Quadro 15 – Unidade de Registro e de Contexto referente à categoria - Motivo dos conflitos entre professores; professores e pais; pais e os gestores; professores e gestores

UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Falta de comunicação da equipe pedagógica com a família	<i>Foi um ano muito difícil, porque muitas mães tinham que trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos, as famílias precisam da creche para poder trabalhar. (AMOR entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>O conflito com os pais é muitas vezes a questão deles questionar porque estamos em casa. Muitos pais tiveram que sair para trabalhar e deixar seus filhos em casa. O professor não foi para escola e de certa forma foi um conflito que enfrentamos com os pais. (TERNURA, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>A falta de comunicação foi o que causou maior desgaste na tríade, família, professores e gestão escolar. Porque a comunicação, o diálogo é tudo, resolve tudo. (FELICIDADE, entrevista concedida em 2022).</i>
Conflitos intrapessoais	<i>Muitas vezes você pegava o professor emocionalmente abalado e tinha que entender que aquele conflito era algo das emoções, as emoções estavam abaladas, tinha que conversar e reorganizar as coisas. (GRATIDÃO, entrevista concedida em 2022).</i>
Falta de orientação das instâncias superiores de como proceder frente as dificuldades pedagógicas das Unidades de Ensino.	<i>O principal conflito era o pedagógico, a gente ia para reunião. Ao acabar ficava meio vazia, ninguém sabia de nada, não sabia responder e todas nossas angústias ficavam sem respostas, nós mesmos gestores, entre nós mesmos que respondíamos as questões uns para os outros. (SIMPATIA, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>A cobrança que tivemos em cima da gestão, de certa forma, eles também não tinham respostas, é uma hierarquia. Precisa-se de comando e infelizmente não tínhamos, era tudo novo, todos estavam aprendendo. Continuamos aprendendo com a pandemia. (TERNURA, entrevista concedida em 2022).</i>

Fonte: RIBAS, 2022.

Consegue-se identificar na terceira categoria, três unidades de registro, todas bem amplas e com grande contribuição para compreender as relações conflituosas segundo os entrevistados. A primeira dela, como destaca Amor (2022), está associada à falta de comunicação da equipe pedagógica com a família, ela seria responsável pelos conflitos na unidade escolar, visto que a falta de comunicação interfere no trabalho de todos. Com a interrupção das aulas presenciais, os pais passaram a sentir dificuldades em realizar suas funções laborais, já que não tinham onde deixar seus filhos. Os professores sofreram com as cobranças dos órgãos competentes e ao mesmo tempo com os questionamentos das famílias. Todos esses fatores geraram conflitos no espaço escolar, segundo o entrevistado Amor (2022).

Felicidade (2022) afirma que a falta de comunicação e diálogo são responsáveis pelas situações conflituosas, causando confusão e desgaste das relações entre família, gestão e escola. Há uma situação a ser analisada nesta unidade de registro específica, que é justamente compreender que o diálogo se fez ausente. Ternura (2022) reafirmou que a família cobrava um posicionamento da escola, já que os professores não estavam presentes nos espaços escolares para responder suas dúvidas e questionamentos. Para Felicidade (2022), a ação de dialogar não aconteceu com todos os envolvidos, causando desgaste nas relações escolares.

O diálogo é uma ferramenta eficiente, econômica e construtiva para as organizações superarem os obstáculos mais difíceis, para proporcionar ações colaborativas entre as pessoas e sobretudo, para resolver os conflitos de forma simples e fácil. (GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES, 2014, p. 28).

O diálogo é fonte de oportunidade de aprendizados significativos, proporcionando aprendizagens e soluções para as questões desafiadoras do cotidiano escolar. Sua ausência oferece restrição ao sujeito, potencializando o conflito e por vezes fazendo-lhe interpretações equivocadas.

Neste sentido, Gratidão (2022) revela a unidade de registro - Conflitos intrapessoais, na qual aponta o desgaste para o estado emocional. Chrispino (2007) ajuda a compreender esses conflitos intrapessoais, que é do sujeito. Com a ausência de direcionamento pedagógico por parte da SME, os professores não sabiam o que podiam fazer, como responder as angústias e dificuldades das famílias, esta falta de resposta ampliou ainda mais as angústias de alunos, pais e professores e trouxe problemas emocionais, como afirmou Gratidão. Neste sentido, Lopes *et al.* (2020, p.153) ressaltou a importância do ensino presencial ao contextualizar que:

As aulas home Office que fora oferecida aos discentes para o momento foi de grande importância, mas que não é aconselhável permanecer com essa dinâmica após pandemia, por se tratar do distanciamento afetivo do aluno\aluno e do aluno\professor, contudo a interação do docente com o discente fortalece o ensino aprendizagem.

A terceira e última unidade de registro refere-se a falta de orientação das instâncias superiores de como proceder frente as dificuldades pedagógicas das Unidades de Ensino. Tanto Simpatia (2022), como Ternura (2022), afirmaram que a falta de respostas dos órgãos responsáveis pela educação municipal foi responsável pelos conflitos. Embora afirmassem que a situação era nova para todos e que a SME aguardava direcionamento de outros órgãos para posicionar-se, mas sua demora e falta de comando prejudicou os trabalhos pedagógicos. Constatou-se que os desafios emergentes da pandemia foram além das questões pedagógicas,

retrataram a falta de diálogos com as equipes de profissionais das unidades escolares. Esta prática precisaria ser aperfeiçoada, uma vez que é o instrumento necessário para construir uma educação de qualidade. Escutar as demandas das instituições de ensino é uma tomada de decisão coerente.

Desta maneira:

A mediação é ferramenta de extrema importância à convivência humana e a infinidade de conflitos existentes. Certamente, esse canal assume uma dupla perspectiva, num primeiro plano, de levar à gestão harmoniosa de dissensos, ao passo que repercute na mudança do imaginário, de paradigmas, e de práticas sociais fincados numa mentalidade conflitiva. (CARDOSO, 2015, p. 142).

As práticas de mediação dos conflitos nos espaços escolares são fundamentais, já que os conflitos sempre existirão nas relações sociais.

4.2.4 Desafios e as soluções dos gestores da escola aos conflitos

Nesta última categoria, se apresenta as informações sobre as possíveis soluções encontradas pelos gestores aos conflitos que ocorreram na escola pesquisada, bem como discorre sobre os desafios enfrentados pela unidade escolar.

Quadro 16 – Unidade de Registro e de Contexto referente à categoria - Desafios e as soluções encontradas pelos gestores aos conflitos

UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Diálogo e empatia	<i>Uma das soluções, sempre digo que em qualquer momento foi a questão do diálogo, se colocar no lugar do outro, quando você está na gestão, não tem como agir como professora, muitos até criticaram, a meu ver não tem como, infelizmente é como se mudasse de casa, estar num lugar diferenciado” [...] (GRATIDÃO, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>Eu reafirmo a falta de comunicação, da falta de diálogo, não que não existia, mas era um novo momento para enfrentar essa crise e encontrar saídas para amenizar os problemas. [...] (FELICIDADE, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>A solução encontrada foi reunir com os professores, fazer vídeos chamadas, sacrificou os professores. Todo mundo foi sacrificado e nessa primeira tomada de decisão, falamos mais no pessoal, para que cada um falasse das angústias, do que estava machucando. (SIMPATIA, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>Utilizando a verba que veio, comprando equipamentos de biossegurança. Sabemos que isso nunca será 100%, mas pelo menos devemos ensinar as crianças a cuidar de si e do</i>

Investimento em biossegurança e equipamentos tecnológicos para atender as atividades pedagógicas	<i>outro</i> (TERNURA, entrevista concedida em 2022).
	<i>Um dos desafios foi preparar a escola. Um ambiente seguro, com biossegurança para todos os funcionários e alunos. Sabemos que não conseguimos 100% mas na medida do possível enquanto membro do conselho que era na época e professora, buscamos sempre dar o bem estar e segurança por conta da pandemia [...] (TERNURA, entrevista concedida em 2022).</i>
	<i>Naquele momento a própria questão da sensibilidade, na nossa escola não tínhamos internet, então tiveram que utilizar suas próprias ferramentas e meios tecnológicos (FELICIDADE, entrevista concedida em 2022).</i>
Mediação	<i>E uma escola muito difícil para ser gestor, porque qualquer gestão já é um fardo pesado, ainda mais ali. Tem pessoas que além dos problemas da pandemia, se odiavam, fiquei no meio. [...] (GRATIDÃO, entrevista concedida em 2022).</i>

Fonte: RIBAS, 2022.

Analisando as respostas da última categoria foi possível enumerar as seguintes unidades de registro: diálogo e empatia; investimento em biossegurança e equipamentos tecnológicos para atender as atividades pedagógicas e mediação.

As unidades de registro - diálogo e empatia e; mediação - foram apontadas pelos gestores da instituição pesquisada, isto é, secretária escolar, diretora e coordenadora pedagógica. A professora Gratidão (2022) destacou como principal solução o diálogo, afirmando a necessidade de se colocar no lugar do outro. Em resposta a última pauta ela relatou a imprescindibilidade de perceber as emoções e outros sentimentos. Manifestou que os cargos de gestão são difíceis, pois ser gestora é ter empatia e se colocar no lugar do outro. As atribuições da gestão, segundo ela, são outras, para tanto as demandas de trabalho devem ser realizadas como gestora. Consequentemente, como afirma Ceccon (2009, p. 21), “[...], a cultura da escola irá gradualmente se transformando em uma cultura de diálogo, em que as pessoas conseguem compreender e lidar eficazmente com os conflitos, impedindo que resultem em violências.”

Felicidade (2022), por sua vez, reafirmou que a comunicação deveria ser a primeira solução para os conflitos escolares, embora declarou ocorrer parcialmente, sua ausência em muitos momentos dificultou o bom andamento das atividades. Ela atribuiu essa dificuldade justamente ao momento em que se vivia em 2020, que provocou insegurança nos atos, bem como nas dificuldades de comunicação.

Já para Simpatia (2022), mesmo em meios a tantas situações novas, a escola, através de sua gestão proporcionou momentos de falas e escutas, com vistas a trazer uma resposta às

angústias e anseios dos profissionais. Por consequência como afirma Ceccon (2009, p. 93) “[...] Lidar bem com os conflitos é criar um ambiente seguro, equilibrado, onde exista confiança mútua, para que as diferenças possam ser expostas e examinadas por meio do diálogo, de forma transparente e respeitosa.”

No que tange a unidade de registro mediação, Gratidão (2022) expôs uma situação desafiadora da escola. Com diversidade de pensamentos sem conseguir chegar facilmente a um acordo comum, embates verbais e dificuldades financeiras foram alguns dos obstáculos emergentes que necessitavam de solução. Os aborrecimentos que o gestor sofre não são poucos, deve haver uma grande dedicação de tempo, muito além da carga horária de trabalho, uma vez que as escolas de porte médio, demandam muitos trabalhos administrativos. E se ainda não houver diálogo e aceitação das decisões tomadas conjuntamente, intensificam-se os sentimentos de desgastes emocionais. Neste sentido, Eller pontua que é fundamental:

[...] uma pessoa com formação específica para tal, que esteja disponível a ouvir e mediar duas posições distintas, fazendo com que uma possa compreender e enxergar o outro, encontrando uma solução agradável a ambos, pode desempenhar essa função dentro do ambiente escolar. (ELLER, 2019, p. 39).

Na unidade de registro - investimento em biossegurança e equipamentos tecnológicos para atender as atividades pedagógicas – destacou-se a fala de membros do Conselho Deliberativo que buscaram soluções para amenizar os conflitos existentes no interior da escola. Ternura (2022) apresenta uma outra solução para os conflitos, ela atribui a utilização corretas das verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e outras verbas emergências. Segundo ela, um ambiente seguro e que retrata este sentimento aos profissionais e famílias deve ser prioridade. Desta forma, conclui que seja utilizado as verbas federais com intenção de garantir a biossegurança. No entanto, Felicidade (2022) alerta que, enquanto não chegam às verbas para assessorar os profissionais, e forem utilizados os próprios recursos financeiros e tecnológicos, não haverá ressarcimento posterior. No início de 2020 a escola não tinha internet, impressoras e computadores que dessem conta da demanda de trabalho. Esta foi uma situação caótica como relatou Felicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se que qualquer conflito que possa surgir, além dos já instaurados anterior a pandemia, podem ser amenizados com o exercício do diálogo, assim todo conflito pode ser configurado positivamente, pois ao provocarem reflexões , poderão vitalizarem decisões promissoras. Entrelaçados com ações restaurativas, o ato de ouvir e falar, fundamental na educação, dialoga com o sucesso educacional.

Pesquisar conflitos na perspectiva da gestão escolar em tempos de pandemia, contribui para as futuras investigações da temática, já que apresenta possíveis soluções para os conflitos vindouros. Afirma-se que o diálogo, um exercício difícil de realizar, deve ser instrumento imediato para os conflitos. Outra solução é compreender o conflito muitas vezes como necessário, proporcionador de crescimento profissional, à medida que, junto com o diálogo promove a ressignificação das ações humanas. Ficou evidente que as incertezas geradas pela pandemia podem ser amenizadas, através da empatia, do entendimento dos conflitos intrapessoais e do próprio desenclausuramento da fala e escuta.

Para que o objetivo proposto fosse alcançado, que foi analisar os conflitos enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, foi fundamental, aportar-se de autores que pesquisam a temática. Nesta busca, encontrou-se além de Tiellet (2012), Chrispino (2007), Eller (2019), e Thé (2015), também autores que publicaram artigos em revistas.

Em Tiellet (2012) o termo *conflito*, instiga o desejo de compreendê-lo, ao partir do pressuposto que o conflito pode ser algo bom ou ruim em si mesmo, com isso, abre novos olhares sobre novas perspectivas de ressignificar o termo. Chrispino (2007) proporcionou a reflexão que impulsionou as análises, já que ele compreende o conflito como a manifestação divergente ou diferente que o sujeito possui de algo. Conflitos esses, instaurados desde a infância, os quais continuarão revisitando ao longo da vida. Desta maneira, a experiência do conflito ocorrerá sempre, integrado à vida, uma vez que se vive em sociedade.

Em Eller (2019) encontrou-se a sugestão de resolução de conflitos, através de práticas restaurativas, como a cultura da paz, almejando um ambiente tranquilo e de crescimento profissional saudável dentro dos espaços escolares. Já, em Thé (2015) destacou-se que, a diferença de opiniões e pensamentos é natural do homem, implicando no conflito.

Discursado sobre o objetivo principal, ressaltou-se o problema desafiador: Que tipos de conflitos ocorreram na escola, durante a pandemia de 2020, relacionados ao processo ensino-aprendizagem, o que os motivou, quem foram os envolvidos e quais estratégias utilizadas pela gestão para amenizar os conflitos? Para responder essa problemática, além das

leituras já mencionadas anteriormente, foi fundamental utilizar instrumentos de coleta de dados como as fontes documentais e entrevistas.

Assim sendo, os conflitos ocorridos durante o ano de 2020 foram de ordem intrapessoais e interpessoais, causando desentendimento entre os pares. Motivados pelas incertezas geradas pela pandemia, bem como pela falta de diálogo entre os pares e, conseqüentemente, com a comunidade escolar, instaurou-se a discordância entre os gestores e professores. A gestão escolar se valeu do diálogo, empatia, reuniões virtuais e investimento em biossegurança, como estratégia para amenizar os conflitos causados pela pandemia na escola.

Empenha-se em apresentar a dissertação com as divisões das seções. De início, realizou-se a contextualização da pandemia, conflitos e sua relação com a educação, observando as possíveis perdas para os envolvidos.

Expressa-se toda inquietude pedagógica através da busca ativa sobre o tema *conflito*. Foram utilizados revistas, dissertações, textos e teses, no entanto, a revisão bibliográfica expandiu para o campo jurídico, uma vez que todas as leis, decretos, pareceres e afins publicados no ano de 2020 referentes à educação no âmbito federal, estadual e municipal, precisavam ser catalogados. Pensando nos benefícios para a educação, pode-se afirmar que se construiu novas relações de trabalho a partir de 2020, em todos os setores educacionais. Utiliza-se sempre a ressignificação das ações e falas para ofertar um ensino de qualidade. Obviamente, não há como retornar ao passado, mas a pandemia trouxe uma reflexão diferente, que é a empatia pelo outro. Repensar os conflitos nos espaços escolares como algo que precisa atender as necessidades emocionais, aprendizagem e de biossegurança do sujeito, é, pontualmente, ver o homem em sua totalidade.

E por fim, evidenciou-se a sistematização e a análise de dados da pesquisa empírica, organizados em duas etapas: fontes documentais e entrevistas. O mesmo denominado como: *A percepção dos professores sobre os conflitos no ambiente escolar em tempos de pandemia Covid- 19*. Os registros das fontes documentais foram afetados pela pandemia no ano de 2020. Com o objetivo de garantir a vida primeiramente, os registros documentais ficaram para segundo plano. Dessa forma, as decisões e reuniões sucederam via tecnologias virtuais, cada qual, em seu espaço doméstico. Grande parte das reuniões sem registros escritos, uma vez que para ser validado, os envolvidos deveriam assinar ao final das atas, o que não aconteceu. A perda educacional foi à falta de documentos que comprovaram as decisões tomadas no ano de 2020. Desta maneira, qualquer situação conflituosa não pode ser registrada, tão menos argumentada futuramente, já que não houve registros.

Pode-se dizer que, os conflitos que ocorreram na escola em 2020, estão respectivamente ligados a falta de diálogo entre os pares, com as autoridades e com a comunidade em geral. Embora fique evidente o esforço de alguns membros da gestão escolar, em amenizar os impactos da pandemia, no que tange a qualidade de ensino ofertada na unidade de ensino pesquisada. Porém, o negacionismo governamental e a ausência de direcionamento por parte da SME, impulsionaram os conflitos intrapessoal e interpessoal e, conseqüentemente, os desafios escolares.

Outro fator foi o financeiro, com a pandemia, os investimentos em educação repassados às escolas não foram suficientes para equipá-las adequadamente e garantir a biossegurança. Sublinha-se que no início da pandemia, a Escola Municipal Pequeno Sábio, não possuía *internet* para uso dos professores, tão menos para a comunidade. Os computadores disponibilizados em 2020 eram insuficientes, ficando para uso da secretaria e gestão escolar. Desta maneira, os professores tiveram que investir em equipamentos com recursos próprios, adquirindo computadores, *internet* e celular que desse conta das atividades solicitadas. Portanto, como afirma Lopes (2020, p. 152): “Precisamos entender que o processo educacional está frágil, passando por uma transformação social, as autoridades devem apresentar proposta que nos ofereça as condições de facilidade de aprendizagem. Não só as avaliações, mais todo corpo educacional precisa ser transformado e preparado”.

A falta de comunicação com as famílias, divergência entre os gestores; falta de orientação das instâncias superiores, acentuaram os conflitos intrapessoais. Nas entrevistas ficou perceptível a existência dos conflitos intrapessoais. A gestão se perdeu nas providências que deveria tomar diante das situações conflituantes, como o que garantir primeiramente (se documentos oficiais ou as vidas), o que fazer com a falta de recursos financeiros, como orientar a equipe de funcionários, bem como outras decisões que poderiam fortalecer os desafios escolares na pandemia. Neste contexto, as emoções ficaram despedaçadas pelo sentimento de insegurança que aflorou no ambiente escolar pesquisado.

Sobre as relações interpessoais Santos (2001) afirma sobre a libertação da palavra. O diálogo foi prejudicado, porque professores e gestores não estavam preparados para debater virtualmente. Todavia, mesmo por meio de distanciamento social, é fundamental discutir e debater os conflitos, apesar da complexidade que é saber ouvir, respeitar a opinião do outro e se posicionar educadamente. Prejudicada essa ação, o conflito que poderia ser bom e produtivo, passa a ser visto como maléfico.

Algumas ações construídas na pandemia permaneceram, a exemplo da comunicação com a comunidade escolar e os cuidados de biossegurança. Anterior ao ano de 2020, o contato

virtual com as famílias e crianças quase não era utilizado pela escola. Com a pandemia, esta prática foi compreendida como uma via para dialogar com as famílias, enviar recados ou produzir soluções para os enfrentamentos cotidianos. A biossegurança, compreendida como um conjunto de cuidados de proteção a saúde e a vida também é uma prática que ainda permanece nos espaços escolares.

As soluções encontradas pela gestão da escola variaram de acordo com a função exercida. Percebeu-se, que as respostas denotaram as características da função que os entrevistados exerciam.

Entende-se que a escola inevitavelmente precisa buscar diferentes alternativas para enfrentar os contratempos e impactos vindouros e os já instalados anteriormente. Pode-se configurar como desafios: garantir a permanência da criança na escola; suprir as dificuldades de aprendizagem; doenças; promover educação de qualidade com as verbas disponibilizadas para manutenção da educação e possibilitar um ambiente acolhedor, tanto para família, quanto para os profissionais capazes de compreenderem os problemas socioemocionais.

O desejo pela temática, conflitos em ambientes escolares manifestou-se durante a trajetória profissional de duas décadas, vivenciadas com muita intensidade conflituosa. Nos vinte anos que prosseguiram, independente da política educacional, os conflitos escolares sempre existiram, em partes com a comunidade, em partes dentro do espaço escolar, em partes comigo mesma, no entanto continuará existindo, pois ele é inerente a vida do ser humano, enquanto se vive, se tem conflitos.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Heleni Duarte Dantas, OLIVEIRA Jamile Fernanda Conceição de Oliveira, SAMPAIO Jéssica Bastos, NASCIMENTO, Jucileide Fereira, SPINOLA Sara França. Dossiê: A extensão universitária no contexto da pandemia de COVID-19. Posterr: Formas de (Re) existência na pandemia. **Revista Extensão**. 19ª edição, vol. 1, Cruz das Almas, BA: p. 30-36, 2021. Disponível em: https://www2.ufrb.edu.br/revistaextensao/components/com_chronoforms5/chr Acesso em: 29 maio 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Moralidade Líquida, Lacração e Cultura do Cancelamento**. 2021, Cadernos Sygmunt Bauman, ISSN 2236-4099, V.11, num. 27. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/articloe/view/17977/9732> Acesso em: 29 maio 2022.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Editora, Portugal. 1994.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01 fev 2021.

Resolução CNE/CP nº 02/2020, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006> Acesso em: 2 jan. 2022.

Parecer CNE/CP nº 05/2020, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 2 jan 2022.

Parecer CNE/CP nº 06/2020, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147051-pcp006-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 jan 2022.

Parecer CNE/CP nº 09/2020, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147041-pcp009-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 jan 2022.

Parecer CNE/CP nº 11/2020, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 jan 2022.

Parecer CNE/CP nº 15/2020, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 jan 2022.

Parecer CNE/CP nº 16/2020, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165251-pcp016-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 jan 2022.

CÁCERES. **Decreto nº 120/2020** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/decreto/2020/12/120/decreto-n-120-2020-estabelece-medidas-de-contingencia-para-prevencao-do-coronavirus-no-ambito-da-administracao-publica-direta-e-indireta-do-municipio-de-caceres-mt-e-da-outras-providencias?q=Decreto+120%2F2020> Acesso em: 21 jan 2022.

Decreto nº 372/2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/lei-ordinaria/2020/287/2861/lei-ordinaria-n-2861-2020-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-uso-de-mascaras-como-medida-nao-farmacologica-para-evitar-a-disseminacao-do-novo-coronavirus-COVID-19-nos-os-estabelecimentos-publicos-e-privados-no-ambito-do-municipio-de-caceres-e-da-outras-providencias?q=Lei%202861%2F2020> Acesso em: 21 jan 2022.

Decreto nº 416/2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mt/caceres?o=&q=Lei+416%2F2020> Acesso em: 21 jan 2022.

Decreto nº 438/2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/decreto/2020/44/438/decreto-n-438-2020-dispoe-sobre-a-autorizacao-para-retomada-gradativa-e-segura-das-atividades-educacionais-de-ensino-superior-e-instituicoes-de-cursos-profissionalizantes-no-ambito-do-municipio-de-caceres-e-da-outras-providencias?q=Lei+438%2F2020> Acesso em: 21 jan 2022.

Lei nº 2861/2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/lei-ordinaria/2020/287/2861/lei-ordinaria-n-2861-2020-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-uso-de-mascaras-como-medida-nao-farmacologica-para-evitar-a-disseminacao-do-novo-coronavirus-COVID-19-nos-os-estabelecimentos-publicos-e-privados-no-ambito-do-municipio-de-caceres-e-da-outras-providencias?q=Lei%202861%2F2020> Acesso em: 21 jan 2022.

Lei nº 2901/2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/lei-ordinaria/2020/291/2901/lei-ordinaria-n-2901-2020-estabelece-multa-para-pacientes-com-COVID-19-que-nao-cumpriram-dolosamente-as-regras-de-isolamento-e-da-outras-providencias?q=Lei%202901%2F2020> Acesso em: 21 jan 2022.

CARDOSO, Fernando da Silva. **Mediação de Conflitos Escolares: Contribuições da Educação em Direitos Humanos no enfrentamento à Violência.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

CECCON, Claudia. **Conflitos na Escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar.** Apresentação Rubens Alves. São Paulo. CECIP. p. 208. 2009.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: aval, pol. educ.,** Rio de Janeiro, v.15, n. 54, p.11 -28, jan/mar.2007.

CHIARI, Breno da Silva; LOPES, Guilherme Araújo; SANTOS, Hiram Godoy; BRAZ, João Pedro Gim. **A cultura do cancelamento, seus efeitos sociais negativos e injustiças.** 2020. Etic. Toledo, Prudente Centro Universitário. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/8763-67655697-1-PB.pdf> Acesso em 29 maio 2022.

ELLER, Edson Wander. **A concepção de mediação de conflitos no ambiente escolar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MATO GROSSO. **Resolução normativa nº 005/2020**. Disponível em: <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/702499/> Acesso em: 21 jan 2022.

GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES. **Diálogos e mediação de conflitos nas escolas**. Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília – DF, 2014.

GRAÇA, Vânia; SILVA Cátia; RAMOS Altina. A docência frente à pandemia da COVID-19: novos desafios, alternativas e perspectivas teórico-metodológicas. Ensino em tempos de pandemia: alguns desafios e olhares dos professores portugueses. **Revista Temas & Matizes**. v. 14 n. 25 (2020) p. 179-203: Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/issue/view/1206> Acesso em: 18 set.2021

LOPES, Luiz Manoel; SILVA, José Edison Teixeira; ANDRADE, Maria de Lourdes; CRUZ, Espedito Antônio Saraiva. Reflexão, motivação e experiências educacionais dos alunos no período da pandemia. **Revista Interdisciplinar de Cultura e Sociedade**. v. 6, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/issue/view/660/showToc> Acesso em: 18. Set. 2021.

MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveir; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKY, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. Pepsic. **Revista Periódicos eletrônicos em psicologia**. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193828216016.pdf> Acesso em: 29 maio 2022.

MIRANDA, Lidiane de Vilhena Amanajás; MIRANDA, Sérgio Barbosa. Atividades interativas remotas em tempo de pandemia. **Revista Extensão, UFRB**, ed. 19, v.01, jan. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

ROCHA, C. S; BEDINOTO DURGANTE, H; DALBOSCO DELL’AGLIO, D. Intervenção online com professores para prevenção e enfrentamento do bullying escolar: estudo de viabilidade. **Educação Em Foco**, 25(45), 420–443, 2022.

SANTOS, José V. Tavares. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.27, n.1, p.105 – 122, jan/jun. 2001.

SANTOS, Hélio. **Discriminação racial no Brasil**. (2008). Disponível em: https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf Acesso em: 29 maio 2022.

THÉ, Renata Saraiva de Albuquerque Monteiro. **As representações do agir professoral em situações de conflito em sala de aula: um estudo à luz do interacionismo sociodiscursivo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós -Graduação em Linguística – Universidade Federal do Ceará.

TIELLET, Maria do Horto Salles. **As Políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar no estado do Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres**, fl 310, 2012. Tese Doutorado em Educação. Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

VIEIRA, Franciely Messias Bispo. **Agressão verbal e as crianças da escola professora Rachel Côrtes Rollemberg**. 2010. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_10-3.pdf Acesso em: 29 maio 2022.

VINHA, Telma. O processo de resolução de conflitos interpessoais na escola autocrática e democrática. **Revista da Faculdade Adventista da Bahia “Formadores: Vivências e Estudos”**, Cachoeira, v.1, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa “**Conflitos em ambiente escolar em tempos de pandemia COVID-19: Uma questão para gestão escolar no ano de 2020**”, que tem como lócus a escola Municipal Pequeno Sábio – em Cáceres-MT, sob a responsabilidade da pesquisadora **MÔNICA DE ALMEIDA RIBAS**, estudante do curso de Mestrado em Educação da Universidade do Mato Grosso, sob a orientação do professor Dr^a Maria do Horto Salles Tiellet. As informações presentes neste documento são de responsabilidade da pesquisadora.

Este documento, chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma. Se tiver perguntas antes de decidir responder o questionário e/ou em quaisquer momentos após sua anuência, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora pelos contatos disponibilizados neste termo. Não haverá qualquer tipo de penalização ou prejuízo se você não quiser participar ou se decidir retirar sua autorização a qualquer momento, mesmo depois de iniciar sua participação na pesquisa.

Sua participação nesta etapa da pesquisa consistirá em preencher um questionário on-line de breve duração. Desse modo, após a leitura e compreensão deste documento em sua íntegra, você poderá optar pela opção “Aceito participar da pesquisa” para seguir respondendo as pautas ou, caso não deseje responder, você poderá marcar a opção “Não aceito participar da pesquisa” e o pautas serão encerradas.

Descrição da pesquisa

Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo, que tem como objetivo: Analisar os conflitos resultantes da implantação e da implementação das atividades pedagógicas não presenciais enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, especificamente no ano de 2020 para dar continuidade ao processo ensino-aprendizagem.

A pesquisa contará com a participação dos integrantes da gestão escolar bem como dois membros do conselho deliberativo e _____ está sendo convidado(a) a colaborar com a pesquisa respondendo ao questionário disponibilizado em formato eletrônico.

Os dados reunidos, informações e demais materiais de áudio serão posteriormente analisados para a conclusão desta pesquisa. Sua identificação não será revelada. Fica assegurado também o seu direito a receber os resultados parciais e final da pesquisa. Comprometo-me, como pesquisadora principal, a utilizar os dados e o material coletado somente para fins científicos da pesquisa, sem causar prejuízos aos participantes.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso a pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas pelos contatos: **(66) 984184563**, endereço eletrônico: **profmonicaribas@gmail.com**

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética responsável por analisar e autorizar a execução desta pesquisa:

Forma de contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, protegendo os participantes em seus direito e dignidade. **Em caso de dúvidas, denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre seus direitos como participante da pesquisa, entre em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa, pelo telefone: (65) 3221-0067**

Endereço eletrônico para dúvidas junto ao sistema CEP/CONEP:
<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

Riscos e garantias decorrentes da participação na pesquisa

Considerando que toda pesquisa que envolvam seres humanos, tem-se riscos para os envolvidos no processo, para tanto, algumas medidas devem ser adotadas para amenizar futuros riscos ou prejuízos. Assim, relacionamos alguns desafios que podem ocorrer no processo da pesquisa:

- Podem ocorrer situações em que os pesquisados, sintam-se constrangidos ou desconfortáveis com alguma pergunta ou situação equivalente. Para tanto , a opção de não responder algum questão será ofertada.
- Outro fator é tempo de duração da entrevista, que mesmo previamente acordada horário e local com os entrevistados, podem extrapolar o tempo, mesmo assim a intenção é não trazer prejuízo para entrevista.
- Os entrevistados que são da gestão escolar podem se sentir avaliados, já que trata-se da condução dos conflitos no espaço de trabalho dos mesmos. Sendo assim, ressaltar que a intencionalidade é resguardar a identidade dos envolvidos, em todas as etapas da pesquisa.
- Contaminação pela COVID-19, embora em situação de ampla vacina na cidade de Cáceres, podem ocorrer que os envolvidos na pesquisa se contaminem com a doença. Caso ocorra uma segunda opção será a entrevista via tecnologias virtuais, preservando assim o distanciamento social.

Enfatizamos que a qualquer momento, independente se a pesquisa está em construção ou finalizada, o sigilo total será mantido, bem como a identidade dos pesquisados, oferecendo o direito de se retirar da pesquisa, sem prejuízo ou julgamento.

Formas de indenização e ressarcimento de despesas

A pesquisadora assume a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos pela investigação e garante o ressarcimento de quaisquer despesas que sejam resultantes da pesquisa.

Benefícios decorrentes da participação na pesquisa

Tratando-se de caráter científico, a pesquisa propiciará benefícios sociais pelo conjunto dados e informações que estarão a disposição de toda sociedade interessada no assunto, desta forma, fornecerá informações e embasamento para toda sociedade interessada na temática. A comunidade escolar poderá apropriar-se da pesquisa para leituras, debates, formações ou eventos que visem discutir os conflitos em ambientes escolares, sendo assim novas reflexões e ressignificações para os ambientes educacionais.

Nesta perspectiva, outras pesquisas podem surgir a partir deste presente trabalho. O período de pandemia vivido pelas instituições de ensino, precisam ser debatidos e discutidos, visando repensar as práticas pedagógicas do ano 2020 em diante.

Período de participação

O período de participação dos sujeitos envolvidos será no mês de abril a junho de 2022. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Aspectos éticos de sigilo

Você será informado e esclarecido sobre os aspectos relevantes da pesquisa, antes, durante e depois da pesquisa, mesmo se esta informação causar sua recusa na participação ou sua saída da pesquisa.

Você tem a garantia de que sua identidade e todos os dados coletados e declarados serão mantidos em sigilo e salvaguardados de confidencialidade e privacidade, inclusive do uso de sua voz, durante todas as fases da pesquisa.

Você tem o direito de acesso ao conteúdo do instrumento que nortearão a entrevista antes de responder as pautas, para uma tomada de decisão informada e garantia de acesso aos resultados da pesquisa.

Você não é obrigado a responder qualquer pergunta que lhe cause algum desconforto.

Você tem a garantia de acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

A pesquisadora garantirá que as informações e materiais coletados durante a pesquisa não serão utilizados de forma a causar prejuízos aos participantes, familiares, instituições e/ou comunidades e serão arquivados pelo período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa.

Retirada da pesquisa

Você tem a garantia de plena liberdade de se recusar a participar da pesquisa e de desistir e retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem necessidade de explicação ou justificativa.

Ao escolher a opção “Aceito participar da pesquisa”, você estará assinando virtualmente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como, afirma ter lido todos os itens do termo e está de acordo com a realização do estudo. Você receberá uma via

deste termo por e-mail e impresso e deverá arquivá-lo. Caso deseje receber outra via você poderá entrar em contato com a pesquisadora.

Data:

Assinatura:

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguo ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS, da Resolução 510/2016, do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24/02/2021 e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo só foi iniciado após aprovação do CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Assinatura da pesquisadora

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT



DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONFLITOS EM AMBIENTE ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: UMA QUESTÃO PARA GESTÃO ESCOLAR NO ANO DE 2020

Pesquisador: MONICA DE ALMEIDA RIBAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52754321.3.0000.5166

Instituição Proponente: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.166.395

Apresentação do Projeto:

O presente projeto visa analisar os conflitos ocorridos em ambientes escolares no ano de 2020 e especificamente na Escola Municipal Esperança, na cidade de Cáceres-MT. O ano designado refere-se ao momento de ensino remoto na rede municipal de Cáceres, tal como em grande parte do ensino público no Estado de Mato Grosso. Justifica a presente pesquisa pela necessidade emergente de compreender e dar voz a educação no momento considerado novo, que é o ensino remoto no ensino básico, tal qual abrangendo a educação infantil. Para tanto, a equipe gestora, responsável legal pela instituição de ensino, a frente das decisões juntamente com conselho deliberativo escolar, busca a compreensão e resolução dos conflitos em ambientes escolares, tanto com a comunidade escolar, bem como com o corpo profissional. A pesquisa apresentará abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, serão realizados por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental em regimentos, leis, normativas, resoluções, livro de ocorrências da escola e entrevista com pautas. Os dados coletados serão analisados fundamentados em Laurence Bardin, trazendo intenso teor qualitativo para a pesquisa. Compreendemos que entender as relações de conflito é de acentuada necessidade para a melhoria da educação no Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os conflitos resultantes da implantação e da implementação das atividades pedagógicas não presenciais enfrentados pela equipe gestora durante a pandemia, especificamente no ano de 2020 para dar continuidade ao processo ensino-aprendizagem.

Objetivo Secundário:

- Identificar os conflitos resultantes da implantação e implementação das atividades

pedagógicas não presenciais.

- Conhecer a motivação dos conflitos na implantação e na implementação das atividades pedagógicas não presenciais;
- Identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos e as suas funções;
- Elencar as atividades pedagógicas não presenciais implantadas na escola.
- Catalogar documentos do Ministério da Saúde e da Educação, normativas e pareceres estaduais e federais que orientaram as ações dos gestores durante a Pandemia no ano de 2020;
- Realizar levantamento de produção sobre o tema.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Considerando que toda pesquisa que envolva seres humanos, tem-se riscos para os envolvidos no processo, para tanto, algumas medidas devem ser adotadas para amenizar futuros riscos ou prejuízos. Assim relacionamos alguns desafios que podem ocorrer no processo da pesquisa:

- Podem ocorrer situações em que os pesquisados, sintam-se constrangidos ou desconfortáveis com alguma pergunta ou situação equivalente. Para tanto, a opção de não responder alguma questão será ofertada.

- Outro fator é tempo de duração da entrevista, que mesmo previamente acordada horário e local com os entrevistados, podem extrapolar o tempo, mesmo assim a intenção é não trazer prejuízo para entrevista. Os entrevistados que são da gestão escolar podem se sentir avaliados, já que trata-se da condução dos conflitos no espaço de trabalho dos mesmos. Sendo assim, ressaltar que a intencionalidade é resguardar a identidade dos envolvidos, em todas as etapas da pesquisa.

- Contaminação pela COVID-19, embora em situação de ampla vacina na cidade de Cáceres, podem ocorrer que os envolvidos na pesquisa se contaminem com a doença. Caso ocorra uma segunda opção será a entrevista via tecnologias virtuais, preservando assim o distanciamento social.

Enfatizamos que a qualquer momento, independente se a pesquisa está em construção ou finalizada, o sigilo total será mantido, bem como a identidade dos pesquisados, oferecendo o direito de se retirar da pesquisa, sem prejuízo ou julgamento.

Benefícios:

O benefício da pesquisa terá caráter público, dessa forma, os sujeitos, as instituições envolvidas e a sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa, rediscuti-los e propor novas reflexões sobre os conflitos em ambiente escolar em tempos de pandemia COVID-19.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e

-Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

Não foi anexado o currículo lattes da pesquisadora; ATENDIDO

Não foi anexado o instrumento de coleta de dados; ATENDIDO

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1844487.pdf	12/11/2021 16:14:17		Aceito
Outros	Curriculo.pdf	12/11/2021 16:13:39	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Outros	ANEXO1.pdf	12/11/2021 16:11:36	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	COMPROMISSO.pdf	20/10/2021 11:27:20	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Outros	OFICIO.pdf	20/10/2021 11:23:49	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Outros	COLETA.pdf	20/10/2021 11:20:22	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CONSENTIMENTO.pdf	20/10/2021 11:15:43	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	20/10/2021 11:12:42	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	RESPONSABILIDADE.pdf	20/10/2021 11:11:38	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRUTURA.pdf	20/10/2021 11:10:04	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/10/2021 11:09:30	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO.pdf	20/10/2021 11:08:38	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	20/10/2021 11:00:21	MONICA DE ALMEIDA RIBAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CACERES, 15 de Dezembro de 2021

Assinado por:
Severino de Paiva Sobrinho
(Coordenador(a))